

| | |
|---|-------------------|
| A produção da pobreza massiva e sua persistência no pensamento social latino-americano | Título |
| Álvarez Leguizamón, Sonia - Autor/a; | Autor(es) |
| Produção de pobreza e desigualdade na América Latina | En: |
| Porto Alegre | Lugar |
| Tomo Editorial CLACSO | Editorial/Editor |
| 2007 | Fecha |
| Colección CLACSO-CROP | Colección |
| Neoliberalismo; Pobreza urbana; Demografía; Dependencia; Subdesarrollo; Teoría social; Estructura económica; Empobrecimiento; Producción de pobreza; América Latina; | Temas |
| Capítulo de Libro | Tipo de documento |
| http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/clacso-crop/20120708123647/05legui2.pdf | URL |
| Reconocimiento-No comercial-Sin obras derivadas 2.0 Genérica http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.0/deed.es | Licencia |

Segui buscando en la Red de Bibliotecas Virtuales de CLACSO

<http://biblioteca.clacso.edu.ar>

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO)

Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO)

Latin American Council of Social Sciences (CLACSO)

www.clacso.edu.ar



Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
Latin American Council of Social Sciences



Sonia Alvarez Leguizamón*

A PRODUÇÃO DA POBREZA MASSIVA E SUA PERSISTÊNCIA NO PENSAMENTO SOCIAL LATINO-AMERICANO

A produção¹ da pobreza é um fenômeno complexo, em que interagem diferentes processos. Refiro-me aqui especificamente à pobreza massiva ou processos de pauperização, também chamados *pauperismo*. O pauperismo como tal é uma expressão que entrou em desuso. Agora, se fala mais de processos de empobrecimento massivo. Estes estão vincula-

* Licenciada em Trabalho Social pela Universidade Nacional de Córdoba, Argentina; *Magíster* em Sociologia do Desenvolvimento pelo Instituto de Sociologia e Desenvolvimento da Área Ibérica, Madri, Espanha, e Doutora em Antropologia, na cadeira de Antropologia Urbana, da Faculdade de Humanidades da Universidade Nacional de Salta, desde 1988. Diretora de Mestrado em Políticas Sociais nessa faculdade e professora de graduação e pós-graduação em Políticas Sociais, na Argentina, e Políticas Sociais e Desenvolvimento Humano. Especializa-se em temáticas que vinculam políticas sociais, pobreza e lutas sociais. Sua tese de doutorado e trabalhos de pesquisa analisam o sistema discursivo do Desenvolvimento Humano. Atualmente, trabalha sobre temáticas de produção e reprodução da pobreza, direitos e pobreza. Publicou artigos sobre o tema, realizando tarefas de avaliação e consultoria nessas áreas, tendo participado em diversas tarefas de gestão acadêmica universitária.

1 A palavra *produzir* tem muitos sentidos. Antes de significar *produção de bens* ou *fabricar*, acepção vinculada ao surgimento da manufatura, a palavra ou efeito de produzir significa criar, dar fruto, ocasionar, causar. Neste último sentido, a produção sobre a pobreza estuda as causas que a engendram. A reprodução alude a fatores não tanto causais como contingentes ou contextuais que permitem que ela se mantenha e/ou incremente em um ciclo contínuo e persistente. Também, às vezes, os fatores de sua produção massiva mudam, o que nos fala de momentos de ruptura nas formas de reprodução da sociedade e da vida.

dos não só ao crescente número de pobres, como também ao advento de *novos pobres*. É necessário então afirmar que, quando abordamos o tema da produção da pobreza massiva, nos distanciamos daquelas explicações da produção de pobreza que se baseiam em fatores subjetivos dos sujeitos pobres (por exemplo, a falta de incentivos para melhorar) ou em fatores contingentes que produzem pobreza. Não nos referimos aqui a situações individuais ou familiares que produzem pobreza de forma lenta, como doenças de longo tempo de algum membro ativo, perda de emprego ou falta de meios de subsistência.

Esses processos massivos devem-se a forças não individuais nem contingentes, mas a processos *sócio-históricos e estruturais* de data mais recuada, ou desastres de tipo ambiental que degradam os meios de se ganhar a vida ou recursos produtivos para a subsistência. Sua reprodução tem mais a ver com relações sociais antes conjunturais ou *contextuais*. Também é certo que, em sua produção, há distintos *fatores* que se conjugam: econômicos, políticos, sociais e culturais. No entanto, os aspectos *histórico-estruturais* vinculados à dinâmica econômica da acumulação da riqueza são fundamentais para se entender a produção massiva da pobreza.² Exemplos desse tipo podem ser: a degradação dos recursos produtivos, a alta dos preços dos produtos para a subsistência, a falta de emprego ou sua precarização, a lacuna de direitos de acesso a meios de subsistência, como água, terra e alimentos básicos, ou a impossibilidade de acesso a eles.

Como produto de relações sociais, a pobreza é, também, um fenômeno que, visto do campo do conhecimento científico, tem suas regularidades, suas semelhanças, seus tipos, aos quais se associa a construção de um saber científico sobre ela, geralmente vinculado ao estudo, descrição e conhecimento das causas de sua produção, de sua persistência e reprodução, das formas que adquire e como se materializa no espaço social, de suas manifestações e magnitudes, etc. Nesse conhecimento, as categorias conceituais para explicar, descrever, medir ou analisar essa problematização particular, seus sistemas teóricos e os diferentes campos de saber que o abordam, por um lado, são o produto de uma intenção de conhecer a “natureza” desse particular problema social e, por outro, permitem explicar por que mudam os distintos olhares, representações e certas formas de intervenção particular sobre os pobres.

2 Para uma análise dos distintos fatores que influem na produção da pobreza, ver Oyen (2002).

Nossa hipótese postula que o saber sobre a produção da pobreza, na história moderna do Ocidente, tem seu maior desenvolvimento quando a pobreza expressa-se de forma massiva, sendo esses momentos, ao mesmo tempo, gatilhos de reflexões e produção de um conhecimento particular cujo objeto é a invenção e reinvenção do social. As sociedades olham a si mesmas e reinventam-se de modo fortemente vinculado à tematização do pauperismo e suas causas. No pensamento social latino-americano, a partir de 1950, quando ele se desenvolve como formulação científica, o tema da produção e reprodução da pobreza massiva foi uma problematização persistente, fortemente vinculada a reflexões sobre como se pensa a América Latina enquanto sociedade e seu vínculo com o capitalismo e os discursos sobre o *progresso, modernidade e desenvolvimento*.

Neste artigo, esboçamos a história das problematizações e tematizações predominantes na teoria social latino-americana sobre a reprodução da pobreza massiva na América Latina, mostrando, de forma sucinta, os desenvolvimentos teóricos a ela associados. Na última parte, fazemos rápidas reflexões sobre algumas abordagens teóricas e novos conceitos que explicam a produção da pobreza massiva atual.

AMÉRICA LATINA: A PERSISTÊNCIA DA PROBLEMATIZAÇÃO SOBRE A PRODUÇÃO DA POBREZA MASSIVA

A visão da pobreza na América Latina é parte também da luta e reconhecimento da própria identidade desses países.³ Na consideração da produção da pobreza, aparece o tema do destino de pobreza embutido, ao mesmo tempo, em cumplicidade ou em luta com certas construções discursivas eurocêntricas. Entre elas, estão a da civilização, do progresso e do desenvolvimento econômico, paralelamente a uma disputa e a um diálogo com um saber particular da economia política, principalmente a teoria do desenvolvimento vinculada ao crescimento e ao progresso cultural. A produção teórica latino-americana em relação à explicação da

3 Murmis e Feldman (1995, p. 54) sintetizam parte dessa avaliação como uma visão que a capta como realidade omnicompreensiva própria de sociedades massivamente excludentes, “onde os pobres formam um verdadeiro povo, fora do tempo, fora da história, fora da sociedade”.

produção massiva da pobreza, então, enfrenta ou assume o discurso civilizador, o do progresso indefinido e o do subdesenvolvimento.

Na América Latina, o surgimento da pobreza como fenômeno coletivo teve seu primeiro momento quando as formas de domínio e exploração coloniais romperam com os anteriores sistemas de reciprocidade e de inscrição das comunidades e famílias. A classificação de *índio* a todos os povos da América homogeneizou o continente, criando e reconfigurando novas relações de dominação mediante instituições como a *mita*,* o *yanaconazgo*,** a *encomienda**** e a escravidão (segundo os países) ou, diretamente, por meio da repressão violenta de todas as formas possíveis de liberação como a “pilhagem” ou a “vagabundagem”.

Enquanto países como a Inglaterra e a França desenvolviam, em seu interior, uma fusão entre direitos de acesso – que foram se constituindo paulatinamente em direitos sociais em princípios do século XX, vinculados à condição de cidadania –, estabeleciam um vínculo tutelar com as regiões e populações que colonizavam ou com as quais comerciavam, dividindo as pessoas entre cidadãos civilizados e o que denominavam a *barbárie*, baseando-se, para tanto, no discurso civilizador. Os *bárbaros* das colônias não podiam ter acesso à igualdade jurídica, pelo contrário, eram intrinsecamente desiguais, por sua condição de colonizados. Quando os bárbaros alcançaram tal acesso, isso se deu contra os interesses dos cidadãos que os dominavam e sob a violência civilizadora dos interesses desses impérios.

A segunda ruptura no tocante ao fenômeno da pobreza ocorreu quando esses países tornaram-se independentes de Espanha, Portugal e de outras nações européias colonizadoras. Com a instauração da república, alguns países iriam conformando um incipiente mercado de trabalho com base no surgimento do trabalho livre. Contudo, juntamente com a democracia republicana, em princípios do século XX, na maioria dos países

* *Mita*, do quéchua *mit'a* (turno, semana de trabalho): prática pela qual os índios eram sorteados nas aldeias para trabalhar em serviços públicos (N. T.).

** Sistema em que o empregado recebe uma terça parte do que plantou para o proprietário das terras. Também se usa o termo para designar a forma como índios nômades (que exatamente por esta condição) eram dados “em perpetuidade” aos proprietários de terra (N. T.).

*** Sistema em que o dono de terras recebia do rei um número de índios como empregados. Em troca, deveria protegê-los e convertê-los ao cristianismo. Na realidade, os índios trabalhavam como escravos do encomendero (N. T.).

latino-americanos se manteriam relações semi-serviis ou de escravidão atadas forçosamente a um patrão, geralmente pelo sistema da fazenda, com diferentes nomes conforme o país.

O SUBDESENVOLVIMENTO COMO EXPLICAÇÃO DA POBREZA MASSIVA

A idéia de *desenvolvimento* iniciou-se em fins da década de 1940, juntamente com a criação do sistema das Nações Unidas, do Banco Mundial e da hegemonia crescente dos Estados Unidos na geopolítica mundial (Esteva, 1996; Escobar, 1998; Sachs, 1999). A idéia de desenvolvimento

[...] surgiu como um campo especializado dentro da economia na época do pós-guerra [...]. O dinamismo da industrialização, imperialismo e reconstrução vinculava fortemente o conceito de desenvolvimento com a satisfação de necessidades materiais, o investimento em infra-estrutura produtiva, a transformação da estrutura produtiva das economias e, portanto, com o crescimento do produto interno bruto (PIB). (INDES, BID, 2005).

Tais eventos aliaram-se à combinação da formação de capital por meio da introdução de tecnologia, do progressivo assalariamento das relações de produção, de uma política fiscal e monetária que propiciava a industrialização, da generalização de relações capitalistas, da intensificação do intercâmbio e do comércio internacional. Por sua vez, os organismos de cooperação multinacional “para o desenvolvimento” afirmavam que esses processos eram promovidos com o objetivo de se alcançar “a melhora do nível de vida e do bem-estar das pessoas” junto à promoção do “crescimento econômico”, principalmente de investimento privado.⁴

Essa idéia de *desenvolvimento* como campo de saber tem *diferentes componentes*. Sob a ótica das ciências econômicas em seus primórdios, tratava-se de uma cosmovisão do mundo, implicando também práticas e

4 “Em 1959, quando o Banco Interamericano de Desenvolvimento foi fundado como organismo dedicado à promoção do desenvolvimento na América Latina e no Caribe, seu objetivo [...] tinha uma só prioridade: ‘facilitar a taxa de crescimento econômico da região, promovendo o investimento privado e complementando-o, quando necessário, com investimento público planejado’.” (INDES, BID, 2005).

intervenções de regulação de certas populações. Na visão da economia política, o desenvolvimento era visto como uma transformação econômica, ou seja, operada nas relações de mercado. Ele também era concebido como uma mudança com etapas pautadas a longo prazo, que reproduziriam a história econômica dos países autoconsiderados desenvolvidos (Rostow; 1970). Nessas concepções, o desenvolvimento se produziria como consequência da difusão cultural, que levaria a um estágio superior da evolução da modernidade.⁵ Essa concepção neo-evolucionista das sociedades considerava os países que não se adequavam a seus padrões culturais como fazendo parte de uma *etapa anterior de desenvolvimento social* (Hoselitz, 1960; Rostow, 1970). Partia-se do pressuposto de que nossas sociedades eram “sub” “desenvolvidas”. A cultura dos latino-americanos e caribenhos era considerada como um todo homogêneo de características “tradicionais”, “arcaicas”, “atrasadas” e pouco inclinadas a comportamentos denominados “modernos”. Ao mesmo tempo, a carência desses atributos constituía a causa de sua pobreza.

O desenvolvimento como sistema discursivo veio associado com a “invenção do terceiro mundo”, segundo Arturo Escobar (1998), que afirma que este necessita de um estado de coisas e valores a alcançar considerado melhor e superior a outros. O desenvolvimento associou-se ao “progresso” como um processo irreversível e inelutável. Os que não tivessem acesso ao desenvolvimento consideravam-se pessoas, culturas e sociedades *subdesenvolvidas*, em um estágio “inferior” de evolução e valores. Por isso, se requeria a *promoção de mudanças*, para introduzir-lhes os valores culturais considerados “modernos” cujo acesso viria com a resolução da pobreza.

A pobreza começou a ser percebida por uma visão da *teoria do desenvolvimento* – entendida como crescimento econômico e superioridade cultural dos países ricos – não como fruto de causas genéticas raciais (idéias que haviam entrado em descrédito logo após a derrota do nazismo, uma vez acabada a Segunda Guerra Mundial), mas como produto de *fatores de inferioridade cultural*. Atribuía-se esses fatores aos

5 Grosfoguel (2000), citando Wallerstein, considera que a idéia de modernidade tem base na convicção de que tudo o que seja novo é bom e desejável, porque vivemos em uma era do progresso. Essa idéia origina-se no Século das Luzes, que a promove e crê que a sociedade pode ser reformada a partir da consciência racional dos indivíduos centrados em si mesmos como pessoas livres.

países pobres e aos pobres desses países e, principalmente, à resistência ao *progresso* e à *modernidade* que, acreditava-se, era uma característica da *cultura* dos países dominados pelos países ricos. A enormidade de culturas desse *mundo*, o *terceiro*, passou a ser homologada, em um ato de magia, como a cultura *dos* subdesenvolvidos, para todos e cada um.

A era do discurso do desenvolvimento iniciou, para alguns autores, por volta de 1949, quando o presidente Truman assumiu nos Estados Unidos (Esteva, 1996; Escobar, 1998; Sachs, 1999). Nessa época começou a se definir a hegemonia dos Estados Unidos no mundo e a se categorizar como “subdesenvolvidos” o restante dos países pobres. Os países pobres “subdesenvolvidos” eram os que se encontravam abaixo de um produto bruto *per capita* fixado arbitrariamente, em comparação e oposição aos países “desenvolvidos”. O desenvolvimento apareceu como sinônimo de crescimento econômico, e este, igual a crescimento do produto bruto *per capita*. Os países pobres eram os que dispunham de menos de 100 dólares por pessoa. Por esse caprichosíssimo ato de distinção, quase dois terços da população mundial transformaram-se em *subdesenvolvidos* (Sachs, 1999). Essas formas de qualificar a pobreza material em nível de Estados deram início ao arsenal de aferições que se sucederam e se multiplicaram.

Os Estados Unidos começaram a promover o mito do crescimento sustentado e a necessidade de se instalarem, no *Terceiro Mundo*, programas de “alívio” à pobreza, para reassegurarem sua hegemonia no contexto da Guerra Fria.⁶ A América Latina era parte da geografia política destinada a eles após o Acordo de Yalta. A *descoberta* da pobreza massiva em escala mundial (Sachs, 1999) proporcionaria a base para uma importante reestruturação da cultura e da economia política globais. A pobreza era então representada como resultado de operações estatísticas comparativas. O discurso bélico deslocou-se para o campo social e para um novo território geográfico, o *Terceiro Mundo*; tratava-se da “guerra contra a pobreza” (Escobar, 1998, p. 77).

6 Em seu livro *La Invención del Tercer Mundo. Construcción y reconstrucción del desarrollo*, Arturo Escobar (1998) realiza um pormenorizado estudo do conjunto de fatores históricos que deram como resultado o discurso do desenvolvimento, baseando sua análise nas premissas fundamentais que se enunciavam nos anos 1940 e 1950. No capítulo *A problematização da pobreza: a fábula dos dois mundos e do desenvolvimento*, examina os elementos mais importantes na formulação da teoria do desenvolvimento.

A PERSPECTIVA DA DEPENDÊNCIA COMO EXPLICAÇÃO DA PRODUÇÃO DA POBREZA MASSIVA

Foi a teoria do desenvolvimento por crescimento econômico e progresso cultural que os teóricos sociais latino-americanos interpelavam, já que explicava a produção da pobreza massiva e a própria entidade da América Latina a partir da construção de uma inferioridade cultural inerente a ela, na escala de hierarquias das sociedades. A perspectiva da dependência⁷ pode ser considerada como uma teoria particular do discurso do desenvolvimento (Escobar, 1998), dialogado com as concepções sobre o desenvolvimento baseada na idéia do crescimento por difusão cultural. Segundo Blomström e Entre (1990, p. 1), os antecedentes da teoria seriam: i) a tradição crítica do eurocentrismo implícita na teoria do desenvolvimento vigente, as críticas ao imperialismo euro-norte-americano e a crítica à economia neoclássica feita por Raul Prebisch e pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe);⁸ ii) o debate latino-americano sobre o subdesenvolvimento, que teve como antecedente a discussão entre o marxismo clássico e o neomarxismo, influenciados pelas contribuições de Paul Baran e Paul Sweezy.

As explicações sobre a pobreza massiva vinculadas ao caráter de *subdesenvolvimento* constituíram um dos focos do debate, junto com a produção teórica relacionada aos processos históricos de produção da pobreza na América Latina. Tratava-se, por um lado, de descrever e analisar a especificidade do desenvolvimento do capitalismo latino-americano, o que significava, por outro lado, uma intenção de se explicarem certas particularidades desse subcontinente, sua identidade e seu futuro, a partir da construção de novos cenários emancipadores.

7 Dentro do pensamento dependentista, existem várias linhas (Santos, 2003), estudadas por Blomström e Ente (1990) e Kay (apud Santos, 2003), entre outros. Embora as classificações desses autores não sejam de todo coincidentes, podem se apontar algumas correntes a partir de uma síntese realizada por Andre Gunder Frank (apud Santos, 2003): Celso Furtado (1974) seria estruturalista; Cardoso e Faletto (1968), reformistas; Andre Gunder Frank (1976), Ruy Mauro Marini (1977) e Teotônio dos Santos representariam um pensamento neomarxista ou neo-estruturalista; Vania Bambirria (1977) e Anibal Quijano (1973) seriam marxistas, e Frank Hinkelammert (1970), não-marxista.

8 Em autores como Sunkel e Paz (1975), Celso Furtado (1974, 1975, 1978) e Prebisch (2002).

A perspectiva da dependência⁹ esteve principalmente vinculada ao campo da Ciência Econômica, embora permeando também a Sociologia, a Antropologia e a História. Nessa perspectiva, a pobreza era explicada não como um produto do *subdesenvolvimento cultural*, mas como consequência das *relações de intercâmbio desigual entre países centrais e periféricos*, junto a outros aspectos mais locais, modelada pelos estilos particulares que as relações de dependência assumiriam em distintas etapas (colonial ou capitalista). Embora os que escreviam sob a influência desse discurso possuíssem diferenças nas abordagens e na hierarquização que davam a certos temas, a problemática da pobreza massiva era uma preocupação persistente em seus trabalhos, de um jeito ou outro, de forma mais macroestrutural, mais histórica ou detalhando aspectos particulares de sua manifestação nos países de origem dos autores.

Os estudos de caráter mais *macroeconômico* vinculavam a pobreza aos efeitos das relações de dependência. Esta era concebida como um sistema de relações de dominação mediante o qual parte do excedente gerado nos países da periferia seria apropriado concentradamente pela fração hegemônica da burguesia dos países dominantes e transferido para o centro, o que caracterizaria a relação centro-periferia.

Outros estudos estavam mais centrados na análise das relações de dominação específicas e do caráter que a estrutura social nos países adquiria. Alguns deram ênfase aos aspectos das características da estrutura social, outros, do mercado de trabalho e da produção de população excedente, das características que a exploração da força de trabalho assumia e da concentração da renda em situações de dependência, aspectos todos vinculados, em maior ou menor grau, à produção da pobreza.

O diálogo e o debate com os pressupostos da teoria do desenvolvimento como difusão cultural são contínuos. Por exemplo, Gunder Frank (1966), em seu famoso artigo denominado *O desenvolvimento do subdesenvolvimento*, rebate, uma por uma, as argumentações desses autores, mostrando o que ele chama de *as falácias* em que se baseiam. Outros, mais influenciados pelo pensamento da CEPAL, como Celso Furtado (1975, p. 14-19), revelam que a concepção do desenvolvimento econômico enquanto uma possibilidade universalizável, tal como vem sendo desenvol-

9 Pedro Paz (Di Tella et al., 2001, p. 168-170) afirma que não se pode falar de teoria da dependência, mas do enfoque da dependência, porque não há um marco teórico analítico único, e cada autor dá ênfase a coisas diferentes.

vida nos países que encabeçam a revolução industrial, é um mito que constitui um prolongamento de outro mito, o do progresso indefinido, elemento essencial da ideologia regente da revolução burguesa. Rodolfo Stavenhagen (1974a, p. 15-38), em suas *Sete teses equivocadas sobre a América Latina*, debate algumas das premissas desse discurso, como o caráter dual que se atribui a nossas sociedades, ou a difusão da industrialização e dos elementos técnicos como solução para o problema do subdesenvolvimento e da pobreza. O autor demonstra, para o primeiro caso, a inter-relação entre as distintas formas de relações sociais, explicando-as com o que denomina *colonialismo interno*, forma particular de dominação das zonas mais desenvolvidas sobre as outras, que funcionam como *colônias* das primeiras. Para o segundo caso, Stavenhagen afirma que a expansão do capitalismo industrial, em forma de *progresso*, realiza-se à custa do subdesenvolvimento das regiões onde se expande.¹⁰

Uma tematização importante versará sobre especificações das características particulares do *desenvolvimento* dessa etapa na América Latina. Ao contrário de outras formas de expansão do capitalismo, em nossos países, este não destrói totalmente formas de produção anteriores, mas as torna funcionais à sua lógica¹¹ por meio da persistência de relações semi-servis com as populações nativas e crioulas, em convivência com sistemas de democracia restrita (do ponto de vista político). Tal coexistência traz como resultado democracias circunscritas a um grupo seletivo de cidadãos e fortemente paternalistas e racistas.

Uma amostra dessas discussões, diretamente vinculadas à origem da produção da pobreza massiva na América Latina, reflete-se, por exemplo, no que se chamou a *questão indígena*. Essas tematizações podem ser observadas, entre outros, no debate mantido entre Mariátegui e Haya de la Torre, no Peru (Quijano, 1981; Grosfoguel, 2000). O que se encontrava em discussão ali eram as *características das relações de produção* e o *tipo de dominação* que nelas se encarnavam, mantendo uma massa de campo-

10 Stavenhagen (1974a, p. 22-23), apesar da interpelação que entabula, mantém a linguagem discursiva da teoria do desenvolvimento da época e segue denominando como zonas atrasadas, arcaicas, subdesenvolvidas essas relações. As argumentações dão-se no plano da lógica que as produz, mas ele não interpela as taxonomias que esta teoria usa, ao contrário, as mantém.

11 Esta idéia provém dos teóricos do desenvolvimento desigual que trabalham no continente africano, como Amin (1973, 1974) e Emanuel (Bettelheim; Emanuel, 1972).

neses em situação de semi-servidão e pobreza, no limite da sobrevivência. Mariátegui, como os partidos comunistas de meados do século, considerava que esses vínculos eram de tipo feudal. A pobreza não se devia, nessa visão, a causas *culturais* próprias de uma *forma de ser subdesenvolvida*, mas *econômicas*, explicando-se pela estrutura da *hacienda* peruana, que o autor chamava de feudal. Essa denominação e visão das relações de produção transplantavam as características que as relações de produção anteriores ao capitalismo na Europa haviam adquirido, de modo que se fazia necessário realizar uma revolução burguesa que superasse essa instância.

Tais idéias permeavam a produção e o saber científico posterior dos teóricos da dependência da década dos anos 1970. Estes, no entanto, questionaram a afirmação de Mariátegui, desenvolvendo uma abordagem particular, que explicava *a persistência das relações semi-servis no campo* como parte das características próprias que o capitalismo dependente assumia na América Latina. Esse debate manteve-se no entanto entre alguns autores dependentistas, sendo o que Ramón Grosfoguel (2000) denomina como feudalmania.

No que se refere à *estrutura social*, no contexto de uma economia denominada *dependente, primária e exportadora*, os estudos associam a pobreza a causas histórico-estruturais – arraigada na história e nas estruturas econômicas de intercâmbio mundial dependente e nas relações de poder. Isso permite e facilita a apropriação do excedente por parte de elites locais e dos capitais estrangeiros, juntamente com a exclusão das massas na participação política e persistência das discriminações étnica, social e política de grandes setores da população. Alguns autores dão ênfase à análise histórica desses vínculos, caracterizando etapas e relações de produção particulares. Cardoso e Falleto (1968, 1969) debatem a teoria dos termos do intercâmbio, da CEPAL, argumentando que esta não inclui uma análise das relações sociais de produção. Para compreender essas relações, propõem o conceito de *estilos de desenvolvimento*, que darão dois grandes tipos, as economias chamadas de *enclave exportador*, que incluem duas formas de dominação predominante, a fazenda ou a mineração, e as denominadas *economias de produção nacionalmente controlada*. As primeiras caracterizam-se por relações de semi-servidão e escravidão.

Dentro da importância das análises da estrutura social, as relações de dominação predominantes em situação de dependência são fundamentais. Por isso, se realizam estudos que relacionam esse tema à pobreza, como, por exemplo, *Estrutura social e subdesenvolvimento*, de Rodolfo

Stavenhagen (1974c), para o caso do México, *Poder e classes sociais no desenvolvimento da América Latina*, de Jorge Graciarena (1976), e *O capitalismo dependente, estudo sobre a estrutura de classes na Argentina*, de Juan Villarreal (1978), entre outros.

As análises sobre estes últimos *estilos de desenvolvimento* levaram a descrições pormenorizadas das causas que produzem a pobreza. Entre outras, estão a *estrutura concentrada de propriedade da terra* e as *relações sociais de patronato* em que se baseiam o latifúndio ou a fazenda, que *perpetuam a pobreza rural*. Este seria um dos fatores mais importantes de geração da pobreza rural, mais que os atributos culturais das comunidades (Gunder Frank, 1976; Gonzalez Casanova, 1975).

Os estudos sobre a estrutura social e as características das relações semi-servis no campo foram realizados, de modo geral, por sociólogos ou antropólogos, em diferentes países. Por exemplo, para o caso do Brasil, o antropólogo Darcy Ribeiro (1977, p.107), em seu livro *O dilema da América Latina, estruturas de poder e forças insurgentes*, estende-se sobre as características que essas formas de produção da miséria assumiram nas grandes propriedades.

A análise do *regime de propriedade da terra* e das *relações semi-servis* dos latifúndios, como causas da produção da pobreza rural, foi uma constante no pensamento dependentista, tendo bebido de algumas idéias de ensaístas neomarxistas como Mariátegui. Andre Gunder Frank (1966, p. 227), por exemplo, escreveu um artigo sobre a estrutura econômica rural na América Latina, denominado *Estrutura econômica rural e poder político camponês*. Um dos objetivos do texto era criticar o desenvolvimento comunitário rural que o Banco Mundial e a Aliança para o Progresso promoviam nessa época. Gunder Frank inicia seu texto citando José Carlos Mariátegui, especificamente o livro *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. Nele, Mariátegui diz:

[...] a questão indígena parte de sua economia. Tem suas raízes no regime de propriedade da terra. Qualquer tentativa de resolvê-la com medidas de administração ou polícia, com métodos de ensino ou com obras viárias, constitui um trabalho superficial ou secundário.

Gunder Frank argumenta que a hipótese do *desenvolvimento comunitário rural*, própria das teorias da modernização, que considera as comunidades como se fossem uma *unidade social*, sem vínculos com o exterior e sem integração com as comunidades nacionais, é falsa:

A conquista integrou efetivamente todos os habitantes dentro da economia nacional ou internacional. Se não foram usados e explorados diretamente como trabalhadores de empresas de mineração ou agrícolas, se integraram dentro da mesma estrutura indiretamente ao ser – ainda hoje – privados cada vez mais de suas férteis terras e forçados a se refugiar em economias de “subsistência” (Gunder Frank, 1966, p. 228-229).

O autor está dialogando com a teoria da modernidade, para a qual a pobreza rural deve-se ao caráter atrasado e arcaico do campo, onde primam relações de produção pré-capitalista não-industriais, e aos valores culturais dos camponeses, que constituem uma trava para o avanço da “modernidade”. Por isso, Gunder Frank (1966, p. 230) afirma que

[...] as verdadeiras causas da pobreza e baixa produtividade [no campo] não se devem tanto ao ambiente ou aos atributos físicos da comunidade como às relações de exploração social dentro da comunidade, e entre a maioria de seus membros e os centros nacionais e internacionais de poder político e econômico.

Outro autor mexicano dependentista, Rodolfo Stavenhagen, afirma, na mesma linha, que a marginalização da população rural é o

[...] resultado de um longo processo de *concentração da terra em mãos de um número pequeno de abastados*, mediante o qual os membros das comunidades indígenas e os pequenos proprietários independentes tinham sido despojados progressivamente de seus melhores recursos de terra e água. (Stavenhagen, 1974b, p. 146, grifo nosso).

O debate sobre a *acumulação originária constante* produzida pela expropriação de terras das populações de origem nativa e os denominados camponeses também foi outro importante marco no tocante à concepção da produção da pobreza vinculada à permanência de relações semi-servis, ainda que as concebendo com certa autonomia. Na Europa, ao contrário, essas relações haviam se desenvolvido num período particular, o da transição para o capitalismo, conforme escreve Marx. As contribuições dos teóricos do desenvolvimento desigual de origem africana, cujo pensamento veio a se fundir, como já dissemos, em grande medida com a perspectiva da dependência, demonstraram que, nos países denominados da *periferia*, as relações capitalistas não destruíram radicalmente as formas

de produção anteriores, mas as tornaram funcionais à sua lógica, sendo o *assalariamento pouco generalizado* em comparação com os países centrais (Amin, 1979, p. 19-20). Esse foi um tema muito importante na discussão marxista das Ciências Sociais dos anos 70, na América Latina, e versou sobre as características que os processos de acumulação originária assumiam. Nesses termos, indagava-se até que ponto a destruição de formas de produção anteriores, para liberar os trabalhadores livres da sujeição à terra ou aos meios de produção, havia alcançado êxito.

Esse processo de acumulação originária constante levou à convivência, articulação e funcionalização de relações de produção semi-assalariadas de subsistência de pequenos produtores com relações capitalistas, o que alcançou intensidade diversa dependendo dos países. Em muitos casos, esses vínculos facilitaram a provisão de reserva de mão-de-obra para a fazenda, o engenho ou a mina, ou serviram como recursos para a reprodução dos semi-assalariados.

Na teoria da dependência, essa preocupação materializou-se em um debate que se voltava a quais seriam as particularidades das formações sociais periféricas, referindo-se aos modos diversos que assumiram, na América Latina, os processos de desenvolvimento desigual, “satelizando em graus variáveis as formas pré ou protocapitalistas de produção” (Nun, 2001). Segundo Stavenhagen (1974b, p. 146-147), “A principal razão para a exploração foi a necessidade que as fazendas tinham de *dispor de uma oferta permanente e estável de mão-de-obra barata* [...] obrigando-a desta maneira a se incorporar como força de trabalho às fazendas” (grifo nosso). Afirmava-se, em disputa com os discursos e teorias da modernização, que a população camponesa encontrava-se integrada ao sistema de relações de exploração da fazenda, não estando de modo algum isolada ou desintegrada, como asseguravam as teorias do desenvolvimento.¹² Ao mesmo tempo, muitas fazendas tradicionais transformaram-se em dinâmicas empresas capitalistas. Mas essa transformação, “longe de contribuir para a melhora das condições de vida da população camponesa, agravou pelo contrário o grau de sua exploração [...]” (Stavenhagen, 1974b, p. 146-147). Assim aconteceu com fazendas cafeeiras, algodoceiras, açucareiras e

12 “Em consequência a marginalidade da população camponesa nessa época estava determinada por sua incorporação à estrutura de classes através do sistema de fazenda e não, como se pensa com frequência, por seu isolamento ou falta de integração” (Stavenhagen, 1974b, p. 146-147).

bananeiras, que combinaram sistemas capitalistas de exploração assalariada com sistemas semi-servis de captação da mão-de-obra, por meio da obrigação de se prestarem serviços ao patrão, às vezes gratuitamente, às vezes sob forma de trabalho por empreitada.

Baseados nessas análises, os estudos promoviam políticas para se reformar a estrutura de propriedade da terra ou colocavam *os dilemas* da América Latina entre *reformas* e *revolução*, como muitos dos títulos dos estudos dependentistas expressavam.¹³ Esses estudos também demonstraram como, apesar da reforma agrária que se desenvolveu em alguns países, não se conseguiu reverter a situação de *pobreza estrutural no campo*. Nesses países, como México e Bolívia, onde as lutas camponesas e indígenas derrubaram os poderes de turno, embora se tenha modificado a estrutura de propriedade, e grandes grupos de população tiveram acesso à terra, estas não modificaram a correlação de forças existentes, nem resolveram o problema da pobreza crescente dos camponeses. Para Gunder Frank (1966, p. 231), os diferenciais do poder, na negociação entre os pequenos e os grandes proprietários, “produz inevitavelmente a longo prazo uma renovada concentração e desigualdade” da terra. Segundo Rodolfo Stavenhagen (1974b), citando Pablo González Casanova,¹⁴ a população rural no México, principalmente camponesa, apesar da massiva redistribuição da terra, é a que acusa maiores índices de “marginalidade econômica, cultural e política”.

Um autor muito importante no debate sobre as formas de acumulação originária é Francisco de Oliveira (2003). Afirma ele que a industrialização brasileira, ocorrida entre 1930 e 1940, foi possível graças a uma ativa participação estatal, que promoveu uma significativa transferência do setor agropecuário para o industrial. Contudo, manteve-se a *reprodução de formas de acumulação primitiva* no campo, o que evitou uma acentuada redução dos excedentes apropriados pelos proprietários rurais. Os trabalhadores rurais e a grande maioria dos ocupados no setor terciário urbano não foram incorporados ao novo estatuto do trabalho, reproduzindo-se formas de exploração do trabalho prévias à fase do capitalismo monopolista.

13 Ver os trabalhos compilados por Petras e Zeitlin (1973), entre outros.

14 GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. *La democracia en México*. México: Ediciones Era, 1965.

Muitos estudaram as formas dessa convivência, demonstrando que ela não foi pacífica.¹⁵ Na América Latina, a *escassa mercantilização das relações sociais* produziu um assalariamento débil, e em alguns países, como Peru, Equador, Bolívia e México, as relações assalariadas circunscreveram-se, na maioria das vezes, à população branca (Quijano, 2000), permanecendo um conjunto de relações servis e semi-servis e formas variadas de paternalismo sobre as populações nativas. A continuação de interdependências paternalistas no tocante às populações pobres de origem nativa limitou a condição do assalariado livre sem sujeições e, portanto, a cidadania política e freou a extensão dos direitos sociais.

Outra tematização também persistente neste campo de saber relacionado com a pobreza rural, foram as análises da denominada “estrutura do emprego” ou do *mercado de trabalho rural*, junto às análises de estrutura social. Demonstraram-se as altas desocupação e subocupação entre diaristas e minifundistas camponeses, assim como a instabilidade no emprego, mais que a dualidade entre a cidade e o campo, como causas da pobreza promovida pela teoria da modernização (Gunder Frank, 1966, p. 251-254). Outros estudos deram ênfase às características precárias do emprego rural, principalmente, dos chamados trabalhadores *andorinhas*, em referência às aves que migram de um lugar para outro.

A PRODUÇÃO DA POBREZA COMO UM PROBLEMA DE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO

Outra teoria que o pensamento social latino-americano questionou foi o neomalthusianismo, difundido pelos mentores da teoria do desenvolvimento ortodoxo e por instituições “promotoras de desenvolvimento e progresso” dos Estados Unidos, como “a Aliança para o Progresso”. Esta tinha, entre suas metas mais importantes, o desenvolvimento de tecnologias de controle da natalidade, durante os anos 60, para diminuir o crescimento da população. Por sua vez, a Comissão Trilateral (*Three Lateral Commission*), promovida por David Rockefeller, preocupada em projetar cenários futuros do desenvolvimento do capitalismo global, seguiu a linha da Aliança para o Progresso, de anos anteriores, com uma

15 Tal convivência implicou, como registra Esteva (1996, p. 66-67), uma história de violência e destruição que, com frequência, assumiu contornos de genocídio.

visão da reprodução da pobreza também neomalthusiana. Recomendava o controle da natalidade das populações e o controle sobre as forças produtivas dos países pobres, para parar seu crescimento e sua capacidade de produção, ante a evidência de que, se estes crescessem no mesmo ritmo que o faziam os países mais ricos, os recursos energéticos e naturais se esgotariam. Essa posição traduziu-se na *teoria do crescimento zero* incluída no *Report Meadows* de 1972, difundida pelo *Clube de Roma* (Matozzo de Romualdi, 1999).

Diferentes disciplinas e concepções ideológicas aproximam-se das visões neomalthusianas da pobreza: a Antropologia, a Geografia e vertentes da Igreja Católica, entre outras. O primeiro campo de saber científico que pôs em questão essa visão foi a Geografia, pela escrita de outro brasileiro dependentista, Josué de Castro. Esse autor discutiu as concepções e explicações não da pobreza de forma genérica, mas em relação à *fome*, baseadas em visões culturalistas e nas teorias neomalthusianas da explicação da produção da pobreza.

Castro investigou, em meados do século XX, o que chamou *a geopolítica da fome*.¹⁶ No livro que leva esse nome, o autor, além de mapear a fome no Brasil, afirma ser a fome “uma expressão biológica de males sociológicos” (Castro, 1951). A fome “está intimamente ligada às distorções econômicas, às quais se devem mais que nada as situações denominadas como de subdesenvolvimento”. Embora reconhecendo que a fome é “um fenômeno geograficamente universal”, mostra que as pesquisas científicas realizadas em todas as partes do mundo, quando da escritura do livro, constatavam que, naquele momento, dois terços da população do Terceiro Mundo sofriam, de maneira epidêmica ou endêmica, dos efeitos destruidores da fome.

Em vez de argumentar contra o vínculo entre carência de meios de subsistência e crescimento demográfico de Malthus, Castro questiona as idéias neomalthusianas da época, cuja preocupação era parar o crescimento demográfico. O autor afirma que este não seria a causa da fome. “A fome não é um produto da superpopulação demográfica: a fome já existia em massa antes do fenômeno da explosão demográfica do pós-guerra” (1965). Esta fome

16 A referência ao pensamento de Josué de Castro como precursor das idéias dependentistas baseia-se na análise sobre a gênese da teoria da dependência realizada por Theutonio dos Santos (2002). Devo a comentários de meu amigo Carlos Muhler a informação sobre as previsões que este autor fez sobre o que aconteceria em face da concentração da riqueza e a crescente pobreza no mundo.

que se disseminava pelas populações do Terceiro Mundo era escamoteada, asfixiada, escondida. Não se falava do assunto por ser um tema vergonhoso: a fome era tabu.

Josué de Castro, como dependentista, também debate a denominação de *subdesenvolvidos* atribuída a nossos países, explicando tanto esses processos, como a fome que produzem, com base nas relações de exploração em níveis internacional e nacional, além da concentração da riqueza crescente. Na epígrafe de um de seus trabalhos, intitulado *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, afirma que

[...] o desenvolvimento não é, como muitos pensam equivocadamente, insuficiência ou ausência de desenvolvimento. O subdesenvolvimento é um produto ou um subproduto do desenvolvimento, uma derivação inevitável da exploração econômica colonial ou neocolonial, que continua se exacerbando sobre as diversas regiões do planeta (Castro, 1965).

O subdesenvolvimento é produto de um tipo universal de *desenvolvimento mal conduzido* e baseado na *concentração abusiva da riqueza*, principalmente “neste período histórico dominado pelo neocolonialismo capitalista”. Este seria o fator determinante de subdesenvolvimento de uma grande parte do mundo: as regiões dominadas seja pela forma de colônias políticas diretas ou de colônias econômicas (id.).

Para o antropólogo dependentista brasileiro Darcy Ribeiro (1977, p. 105), os recursos de contenção demográfica¹⁷

[...] justificam esta política em termos de sentimentos piedosos – frente à ameaça da fome que fatalmente recairá sobre as camadas marginalizadas se elas continuam crescendo ao ritmo atual – e a sua disposição humanística para enfrentar “o maior desafio do gênero humano”, representado pela explosão demográfica que “ameaça consumir nosso progresso à medida que progredimos” (R. Kennedy).

17 Como exemplo dessas políticas, Darcy Ribeiro cita um discurso de Lyndon Johnson, proferido nas Nações Unidas, no qual presidente dos Estados Unidos afirma: “cinco dólares gastos no controle da natalidade são mais rentáveis que cem dólares aplicados no crescimento econômico” (Ribeiro, 1977, p. 105).

Ribeiro duvida da retórica dos porta-vozes presidenciais e líderes políticos dos Estados Unidos e explica a razão dessas políticas com base na necessidade que esse país tem de dominar, neutralizando ou sufocando o conflito social que trazem a pobreza e a fome e “o potencial revolucionário contido na marginalidade”. O fato de que essas contribuições críticas às políticas neomalthusianas da explicação da pobreza provenham da reflexão de cientistas sociais brasileiros não é casual, sendo o Brasil um dos países da América Latina com maior crescimento da população, pobreza extrema, desigualdade e concentração da riqueza.

AS TEORIZAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO DA POBREZA URBANA

A tematização da pobreza adquiriu uma força inusitada junto com o processo de urbanização crescente¹⁸ ocorrido a partir de meados do século XX. A pobreza assumiu um caráter massivo de tal magnitude, que, por um lado, tornou-se objeto de controle e governo estatais e, por outro, centro de preocupação das Ciências Sociais, tanto das teorias da modernização como das perspectivas dependentistas. A partir de então, e ao contrário da Europa, foi persistente a produção teórica acerca de processos de exclusão social e pobreza massiva urbana.

Podem se apontar primeiramente as visões mais culturalistas, que se vinculavam às teorias da modernização e, ao mesmo tempo, um grupo de trabalhos que entabulavam um interessante debate com estas e com a teoria marxista da produção de mão-de-obra excedente. Alguns estudos davam ênfase à discussão sobre a inserção particular nas relações de produção e no mercado de trabalho urbano, dialogando com a teoria da superpopulação relativa de Marx. Outros centraram suas problematizações na maneira especial de se produzir a urbanização nas cidades latino-americanas, que exclui uma grande massa de população, a qual tem acesso ao solo, à moradia e aos serviços urbanos de forma extremamente precária. Desenvolveram uma teoria particular que se chamou “a urbanização periférica”, fortemente influenciada pela teoria da dependência.

Dentro das *teorias da dependência*, de modo geral, a pobreza massiva urbana está vinculada à falta de emprego para as pessoas vindas do campo

18 Para dados sobre a importância dos processos de urbanização na América Latina nesta etapa, ver Manuel Castel (1976, p.60-67).

que chegam às cidades, devido a processos de êxodo, na maioria das vezes forçadas pela pobreza rural e pela carência de meios de subsistência como a terra. Nessa etapa, o tema mais importante de estudo é o que se denomina *migração interna*, que se refere ao massivo fluxo de camponeses rumo às cidades. Já para as cidades, a *teoria da dependência* explica a pobreza a partir da *particularidade da industrialização*, que não consegue subsumir a mão-de-obra que chega a elas, o que cria uma *massa de população excedente*. A isso, se soma a carência de políticas habitacionais destinadas à crescente demanda de moradia e solo urbano dos migrantes. A pobreza expressa-se materialmente nas cidades por meio de *padrões extremamente precários de ocupação territorial*. Junto a isso, são parcos os salários dos empregados ou auto-empregados em trabalhos denominados *informais*.

As urbes transformaram-se no que Robert Bryan (1978) denominou as “cidades de camponeses”. Nome sugestivo, que explica como as cidades da América Latina iam se formando com a torrente de camponeses que chegava em busca de oportunidades de trabalho. Apesar das expectativas que trazia, essa mão-de-obra não se empregava de maneira estável e contínua. Passava a fazer parte de uma massa de trabalhadores sem cobertura social, sem segurança no emprego e sem renda para atender a suas necessidades de reprodução. Esses migrantes assentavam-se em zonas periféricas das cidades, por falta de recursos e por não terem possibilidades de acesso a uma moradia digna ou a políticas públicas habitacionais.

A caracterização dos povoadores urbanos pobres identificada com os estudos influenciados pelas *teorias da dependência* está apoiada na designação e explicação da pobreza como parte de processos de *marginalidade*, vinculados a mecanismos de exclusão econômica e política e do acesso ao bem-estar social que se produziam na cidade. Tais mecanismos atingiam massivamente os pobres, sobretudo migrantes. Nesses estudos, incluem-se os das antropólogas mexicanas Larisa Adler de Lomnitz (1975) e Lourdes Arizpe (1979) e o do antropólogo peruano Teófilo Altamirano (1988). Essas concepções contrapunham-se aos estudos provenientes da escola culturalista de Chicago, cujos mais destacados foram os de Oscar Lewis (1963),¹⁹ com o desenvolvimento teórico do que acabou sendo chamado *a cultura da pobreza*. Lewis explicava a pobreza a partir de fatores culturais dos *migrantes urbanos* e sua reprodução, pelo

19 Para uma revisão do pensamento de Oscar Lewis e da cultura da pobreza, ver Valentín (1970) e Nivón et al. (1994), entre outros.

que denominava de *círculo vicioso da pobreza*, devido a seu efeito intergeracional. Essas idéias influenciaram o centro de pesquisa DESAL, de Santiago do Chile (Veckemans; Venegas, 1966), que promovia o desenvolvimento comunitário urbano e a mudança de atitude, pois considerava que a pobreza devia-se à falta de iniciativa dos pobres para superá-la.

Entre os autores das *teorias da modernização* que também contribuíram para a idéia de *marginalidade*, está Gino Germani. Para esse autor, a marginalidade deve-se a formas de exclusões política e cultural, bem como a “percepções de inferioridade” vinculadas a problemas étnicos ou de exploração. Germani acredita que as causas da marginalidade explicam-se pelo caráter assíncrono ou desigual dos processos de modernização da sociedade ou das diferentes velocidades de mudança, e não por um problema de escassa difusão dos valores modernos. Para ele, a marginalidade está fortemente vinculada à falta de participação e integração, num sentido multidimensional (incluindo problemas étnicos, de exploração e de acesso a direitos).

Outros estudiosos dialogam com representações distintas da teoria da modernização. Gunder Frank (1976b, p. 250), por exemplo, debatendo a descrição que se fazia dos comportamentos e características das populações urbanas pobres, como sua falta de integração, afirmava, por oposição, que estas estavam totalmente *integradas, mas de forma subordinada*. Gunder Frank também se opunha ao mito da qualidade do desenvolvimento econômico em relação com o crescimento urbano, pelo qual o desenvolvimento (graças a suas qualidades) iria integrando as populações marginalizadas e precárias. Como outros tantos, Gunder Frank afirmava e provava que, nas cidades, as estruturas residenciais irregulares²⁰ e/ou de autoconstrução não eram transitórias, como postula a teoria da modernização, mas permanentes e em crescimento.

Esta última tematização centrou-se em debates vinculados às dinâmicas de segregação urbana particulares e ao estudo e descrição de *pautas de ocupação territorial específicas*. Esta teoria particular foi denominada *urbanização periférica*²¹ e concebia os problemas das cidades latino-americanas em termos do caráter dependente das nações. Explicava as

20 Esse termo resume as discussões da época sobre as formas de ocupação territorial ilegal em diferentes países, chamadas “villas miserias” na Argentina, “favelas” no Brasil, “cantegriles” em Montevideú, “pueblos nuevos” no Peru, etc.

21 Para uma síntese da teoria da urbanização periférica, ver Walton (1984) e Edell (1988).

especificidades da urbanização dessas cidades vinculando-as a características da industrialização e da produção de uma população excedente, processos que se materializariam fisicamente em um especial tipo de segregação urbana. Seus teóricos interessavam-se em descrever e analisar os padrões de ocupação territorial e a maneira particular pela qual as populações pobres acediam à moradia.²²

As conseqüências de maiores taxas de urbanização foram, segundo esses teóricos, sérios problemas de moradia e carência de serviços para as populações que chegavam às cidades, além do desemprego crescente (porque o emprego industrial não cresce com a mesma rapidez com que o fazem as populações urbanas, sendo que a indústria local baseia-se em capital extensivo, predominando o comércio de exportação). Essa particular forma de urbanização seria o produto de uma economia local *mal desenvolvida* e deformada, por sua orientação para as demandas externas e para os lucros da classe compradora. Isso produz agudos incrementos na taxa de primazia urbana, o que deforma os padrões anteriores de hierarquia ou altera o “sistema de cidades”, ao mesmo tempo em que gera uma crescente centralização de atividades em algumas cidades, rompendo os padrões regionais de auto-suficiência e interdependência. Tudo isso se traduz em um aumento da segregação e pobreza urbana, processo cujos efeitos são sintetizados a seguir.

A concentração da população em poucas cidades (capitais, centros estaduais ou cidades portuárias) e o aumento da taxa de desemprego urbano, mais rápida que a urbanização, têm como resultado uma crescente pobreza urbana. Cria-se assim um setor terciário superpovoado e expansão da economia informal, produção de um exercício de desempregados ou subempregados, os quais subsidiam os trabalhadores do setor formal. A forma física e a organização espacial da cidade periférica refletem e recriam a economia urbana. Esta se manifesta mediante uma superpopulação de população com renda mínima e proliferação de favelas e vilas miseráveis, sem serviços básicos. O Estado não satisfaz as demandas de moradia e serviços e, paradoxalmente, atende às zonas residenciais das classes abastadas.

22 Dentro deste marco, enfocavam-se as temáticas surgidas da problemática da urbanização na América Latina (marginalidade, pobreza, migrações, entre outras) como um produto das preocupações da Sociologia do Desenvolvimento, segundo notava, em princípios dos anos sessenta, Gunder Frank (1976b, p.251).

O contexto explicativo da teoria da dependência e da urbanização periférica deu lugar a diversos estudos antropológicos e sociológicos, que constatavam a desigual distribuição dos *meios de consumo coletivo* ou serviços e infra-estrutura urbana de um grupo significativo de população pobre e a precariedade das moradias desse grupo, construídas²³ por seus próprios habitantes. A partir disso, se desenvolveu outra teoria, para se explicar um *tipo particular de exploração*, que se chamou *superexploração urbana*. Lúcio Kowarick (1980), um teórico dependentista brasileiro, cunhou esse conceito para se referir às formas de exploração nas quais se reproduzem os trabalhadores no âmbito urbano. À superexploração do trabalho, somam-se as condições de exclusão dos meios de consumo coletivo e da moradia e a produção do habitat e seu acesso, por meio da sobrecarga do trabalho doméstico não-remunerado, viabilizado pela autoconstrução das moradias e, às vezes, pelo trabalho comunitário para a provisão dos serviços urbanos.

A dinâmica da *superexploração do trabalho* também permitiu explicarem-se as características particulares do desenvolvimento do capitalismo em alguns de nossos países. O brasileiro Francisco de Oliveira, em seu estudo *Crítica à razão dualista* (2003), voltado às características do capitalismo no Brasil, investiga como as diversas formas de dominação, que denomina *autocrático-burguesa*, buscaram viabilizar a valorização do capital. Ao contrário dos países centrais, onde o desenvolvimento do capitalismo baseou-se na expansão do consumo em massa, no capitalismo periférico, apesar das mudanças nas formas de dominação política, o aumento da taxa de exploração da força de trabalho (e sua manutenção em níveis elevados) foi mais importante que o aumento da mais-valia relativa.

Outra tematização fundamental vinculada à produção da pobreza residiu na análise das características que assumiram a exploração da força de trabalho e o valor dos salários. Ruy Mauro Marini (1977) afirma que o essencial na explicação da dependência é a *superexploração do trabalho*, o que permite pagarem-se salários abaixo de seu valor e explicar a produção da pobreza massiva. Para esse autor, as relações capitalistas na América Latina ocorrem sob a forma de superexploração:

23 Para estudos que tematizam as características assumidas pela urbanização periférica na América Latina e a forma de acesso à moradia por meio da autoconstrução, ver: Guimarães de Castro (1988); Jamarillo (1986); Clichevsky (1986); Clichevsky et al. (1993); Souza (1987); Kowarick (1980); e Petreccelle (1986), entre outros.

[...] define-se antes pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que se remunera a força de trabalho abaixo de seu valor real. (Marini, 1977, p. 92-93).

Diante da constatação de que o capitalismo dependente reproduz-se com um grupo massivo de população vivendo em condições de indigência, surgiu a pergunta de como o capitalismo se realizaria no contexto de um mercado interno com salários baixos. Criou-se então outro conceito para explicar essa particular forma de realização do capital em situações de dependência, o que Paul Singer (1980) chama a *perversão do consumo*. Esse processo nada mais é que uma forma particular de aquisição de bens de consumo duráveis pelos pobres, sacrificando bens de consumo básicos como a alimentação e a educação.

Autores que também contestavam a categoria *marginalidade*, mais próximos da tradição marxista das análises de estrutura social e classes sociais, falavam de *subproletariado urbano*. O subproletariado é, em certo sentido, equivalente ao lumpemproletariado. Ao contrário do que Marx dizia, estes estão capacitados para trabalhar e estão empregados. Duque e Pastrana (1973), em um estudo pioneiro realizado em Santiago de Chile, consideram que os “setores populares urbanos” estariam compreendidos por dois componentes: o proletariado e o *subproletariado*. Este último seria constituído por trabalhadores inseridos em atividades improdutivas, paraprodutivas industriais e na construção, caracterizadas pela intermitência, rotação inter-setorial e de ofícios e baixos níveis de qualificação. Também inclui os trabalhadores independentes de pouco capital. Em ambos os tipos de subproletariado, as rendas completadas pelo trabalho familiar estariam abaixo dos mínimos vitais, “beirando as margens da indigência social”, cujos executores *atuariam como exército de reserva* (Duque; Pastrana, 1973, p. 8-19).²⁴ Como pode se observar, aqui o foco não se dá na idéia de *marginalidade social* mas, pelo contrário, no tipo de *inserção social que possuem: no mercado de trabalho*, nos setores produtivos em

24 Para uma análise sobre o estado-da-arte da discussão sobre as denominações vinculadas à pobreza urbana, ver o estudo feito por Teresa Valdéz (1982), onde se encontra uma excelente síntese das teorias e autores que estão preocupados com essa tematização nesse momento.

que trabalham, no tipo de emprego que obtêm e em suas rendas. Tematiza-se aqui a problemática dos trabalhadores pobres. A análise feita por Duque e Pastrana é um antecedente importante para os desenvolvimentos posteriores sobre essas populações, vinculados, mais tarde, ao conceito de *setor informal urbano* e no de *massa marginal*.

A discussão iniciada por Prebisch (1949), na CEPAL, sobre a baixa produtividade do trabalho e os baixos salários como parte de um dos problemas estruturais da periferia, continua com a produção de Celso Furtado (1974), que retoma o debate sobre a *dificuldade dos setores urbanos modernos para absorver a força de trabalho massiva* que sai do campo para as cidades. Segundo Bielschowsky (2006), Furtado foi o primeiro autor a aventar a possibilidade de que o *subemprego* persistiria a longo prazo na América Latina. Furtado também foi pioneiro na explicação de que o aumento da produtividade, em setores modernos, poderia coexistir por muito tempo com salários baixos e manter a secular má distribuição da renda na América Latina. O autor (id.) advertiu que, mesmo que o crescimento fosse sustentado, seria difícil absorver a abundante mão-de-obra, pelo que poderia se manter o crescimento por longos períodos junto com o desemprego e subemprego, a heterogeneidade tecnológica, a concentração da renda e a injustiça social. Seu pensamento também explica por que os modelos de crescimento dos países da periferia tendem a preservar a abundância da mão-de-obra e impedem que as melhoras da produtividade reflitam-se na renda dos trabalhadores, contrariando o que acontece nos países do centro.²⁵

A idéia de que essa mão-de-obra é *flutuante*, como a rural, permeia a maioria dos estudos sobre a pobreza e seu vínculo com o emprego. Para Gunder Frank (1976b, p. 250), a mão-de-obra que não consegue se inserir de maneira estável na economia urbana é chamada de “população flutuante”, em referência aos múltiplos empregos que possui. Gunder Frank compara-a à população flutuante rural, discutindo ao mesmo tempo a dualidade entre o rural e o urbano e mostrando as semelhanças entre as relações de produção, no campo e na cidade, de uma *massa de trabalhadores instáveis*.

O debate entre os teóricos da dependência quanto ao vínculo entre produção da pobreza e processos de mão-de-obra excedente, após ser cons-

25 Para uma teoria similar a esta última, ver Cuevas (1977), vinculado com a fixação dos preços dos produtos por via oligopólica.

tatada a persistência dessa mão-de-obra flutuante e instável, refere-se à possibilidade de se aplicar ou não a lei de superpopulação relativa de Karl Marx ao caso do desenvolvimento do capitalismo na América Latina. Essa discussão estava vinculada à questão sobre a possibilidade de a população excedente poder ser considerada uma reserva e/ou um colchão de mão-de-obra e, portanto, se é possível usar-se o conceito de exército industrial de reserva para explicar o que, naquele momento, se denominava como *marginalidade*. Um grupo de autores contrapõe-se a essa teoria, afirmando, pelo contrário, que o processo de produção de certos setores produtivos e o uso de capital intensivo ocasiona o aumento da população excedente, sem que se cumpram as funções de exército industrial de reserva. Esta seria uma condição típica do capitalismo dependente.

Tal produção teórica é representada por um sociólogo argentino, José Nun (1970, 2001), e outro peruano, Anibal Quijano (1971, 1973). Esses autores desenvolvem a categoria de *massa ou pólo marginal* para explicar uma população excedente que não consegue se inserir de maneira estável e contínua no mercado de trabalho. José Nun²⁶ debateria mais tarde com o sociólogo brasileiro Fernando Henrique Cardoso (1972), que sustentava que era necessário manter o conceito de exército industrial de reserva. A posição de Cardoso baseia-se em estudos que vinham sendo realizados por cientistas sociais no Brasil, principalmente provenientes do CEBRAP, mostrando empiricamente que o crescimento econômico do chamado *boom* brasileiro da época havia gerado novos empregos e

26 Para José Nun (1972), a causa da marginalização não se deve a uma variável externa, a dependência econômica, mas ao mecanismo de acumulação capitalista como fator central e unificador. As contribuições teóricas de Marx, em *O Capital*, não podem explicar esse complexo de fenômenos, porque se circunscrevem ao modo de produção do capitalismo puro. Nun reformula o conceito de *superpopulação* ou “exército industrial de reserva”, na fase monopolística do capitalismo, dado que o desenvolvimento da tecnologia e o aumento da composição orgânica do capital requerem menor quantidade de mão-de-obra, ficando uma grande parte da população excedente sem possibilidades de ser incorporada ao setor capitalista hegemônico, inclusive nos ciclos de expansão. Nun conclui que não se pode falar de reserva de mão-de-obra já que, ao não ter incidência na baixa de salários na indústria moderna, não cumpriria uma função depreciadora dos salários do setor que trabalha no centro das atividades industriais. Esses trabalhadores não constituem concorrência real, na medida em que não possuem níveis relativamente altos de educação, nem tampouco habilidade. Isso lhes nega sua função de colchão de mão-de-obra, nos ciclos de expansão, posto que as necessidades da indústria moderna são de menor quantidade de força de trabalho.

subsumido a mão-de-obra excedente. Esse processo, entretanto, logo se reverteu no Brasil.

As Ciências Sociais latino-americanas, nos anos 1980 e 1990, persistiram na preocupação de entender a produção acelerada e contínua da pobreza, desta vez, utilizando outro conceito, o de setor informal. A nova abordagem tematizou a problemática vinculando-a não à marginalidade dos trabalhadores pobres na sociedade, mas à informalidade de sua inserção no trabalho. Alguns autores comprovavam, a partir de estudos empíricos, que esses trabalhadores tinham uma inserção laboral intermitente, instável e descontínua no mercado de trabalho, que realizavam trabalhos de baixa produtividade (vinculados aos chamados setores “atrasados” da economia) e o faziam, geralmente, sob relações de ilegalidade nos contratos de trabalho (Tokman, 1987, 1999). Outros deram ênfase menos às características dos empregos e mais às relações de produção em que se inseriam: como trabalhadores independentes ou economias denominadas familiares ou de pequena escala, nas quais não existia o objetivo do lucro e da acumulação, mas da produção do grupo doméstico (Portes, 1987; Castells; Portes, 1990). Em todos os casos, esses trabalhadores não possuíam proteção social, o que os tornava mais vulneráveis ainda.²⁷

A partir de um olhar mais antropológico e que tentava entender a função e a lógica das relações de reciprocidade para a sobrevivência dos pobres, as reflexões estiveram vinculadas à indagação sobre as características que assumia a reprodução da vida ou a força de trabalho em “estilos de desenvolvimento” excludentes e com pobreza crescente. Como primeira resposta, foi ressaltada a importância dos intercâmbios não-mercantis, em níveis doméstico e comunitário, entre os pobres urbanos para se socorrerem nessas necessidades. Essas formas foram amplamente discutidas pela aplicação do conceito de *mecanismos de sobrevivência* (Adler de Lomnitz, 1975), *estratégias de sobrevivência* (Duque; Pastrana, 1973) e *estratégias de vida* (Hintze, 1987, 1989; Torrado, 1980; Jelin, 1984). Este último foi outro conceito que se desenvolveu na América Latina para explicar a importante incidência das relações de reciprocidade não-mercantil nas comunidades pobres, mediante redes informais, para se resolverem ou atenua-

27 Para um maior desenvolvimento a respeito dos debates no interior dos diferentes enfoques do *setor informal*, ver: Cartaya (1987); Quiñones e Superville (2005); e Alvarez Leguizamón (2001a).

rem problemas entre populações de baixa renda ou com carência ou precariedade do emprego.²⁸

No que tange ao *desenvolvimento de instituições de reciprocidade não-mercantil mais formais de proteção social*, as reflexões estiveram vinculadas ao *papel que desempenha o Estado de bem-estar na reprodução social*. Durante o século XIX e até meados do século XX, seu desenvolvimento, na maioria dos países da América Latina, não se vinculou à condição de cidadania, mas esteve fortemente associado a relações de tutela por meio da assistência às populações consideradas inferiores (populações nativas, mulheres e crianças pobres). As formas que a condição de tutelado ou assistido adquiriram em cada país, materializadas em intervenções benéficas e laicas, foram diversas e tiveram em comum sua dissociação com a condição de cidadania, inclusive conformando sistemas alternativos.

Em meados do século XX, começaram a se conformar os regimes de Estados de bem-estar na América Latina, caracterizados, porém, pela debilidade de cobertura. Algumas das vitórias conseguidas pelas lutas sociais, como a regulação das relações entre capital e trabalho, o acesso a direitos garantidos pelo Estado e uma incipiente distribuição da riqueza em alguns países, foram sendo minadas, primeiro pelas ditaduras e, em seguida, pela aplicação das receitas neoliberais que começaram, em alguns países, ainda em princípios dos anos 1980. Os resultados das reformas neoliberais, em fins do século XX, solaparam a escassa fusão entre direitos e cidadania e entre direito e emprego.

Com sarcasmo, alguns autores falam do Estado do mal-estar (Bustelo, 1995), e outros mostram o escasso vínculo com a condição de cidadão, ao se referirem a um Estado sem cidadania (Fleury, 1997). Na maioria dos países centrais, sobretudo europeus, as regulações entre capital e trabalho próprias do Estado de bem-estar compensaram os efeitos nocivos da exploração do trabalho, contribuindo, de certo modo, para a desmercantilização do trabalho. Por exemplo, enfermos ou desempregados podiam sobreviver graças aos direitos sociais assegurados pela securidade social e pelo seguro desem-

28 Para uma análise sobre a evolução e os debates dos conceitos sobre estratégias de sobrevivência e estratégias familiares de vida, ver Rodríguez (1981), Przeworski (1982) e Sumbi (1991). Para uma análise da evolução dos conceitos referentes a relações de reciprocidade não-mercantis no âmbito comunitário como o de redes sociais, estratégias familiares e suportes de proximidade, entre outros, e o estado-da-arte da discussão de outros mais modernos, como de capital social, ver Alvarez Leguizamón (2001b, 2002).

prego. Em nossos países, como a mercantilização foi menos generalizada e deu-se em condições desvantajosas para os trabalhadores – salários insuficientes, formas precárias de contratação de trabalho e vínculo de tutela paternalista e racista –, a reprodução de importantes grupos da população repousou significativamente em vínculos de tutela, dependendo de recursos provenientes das redes de solidariedade não-mercantis e de trabalhos da economia informal.

A marginalidade e a pobreza passaram a ser explicadas por outros fatores de caráter não-econômico, como a falta de acesso à cobertura social, a possibilidade de acesso ao solo urbano e uma moradia digna e diferentes formas de exclusão política. A esses fatores, agregaram-se a exclusão do mercado de trabalho e a precarização do emprego. Essas explicações são muito próximas dos desenvolvimentos teóricos posteriores europeus (ingleses e franceses) do que se denominaria *exclusão social* (Castel, 1997, p. 16-17, 2004, p. 23; Spicker et al., 2006).

AS NOVAS POBREZAS, CONTRAPONTO AOS MITOS DA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL

Nos anos 1990, os efeitos dos planos de ajuste e as políticas neoliberais intensificaram e diversificaram a pobreza, gerando novas formas de exclusão. A estagnação que os desenvolvimentistas haviam vaticinado não aconteceu, pelo contrário, a pobreza tendeu a aumentar relativa e absolutamente. A dependência em relação aos centros de maior desenvolvimento econômico intensificou-se, assumindo novas modalidades, sobretudo vinculadas à crescente transferência de riquezas, provocada pelos pagamentos da dívida externa e pela alienação dos recursos naturais e serviços básicos privatizados. A política de subsídios para produtos agrícolas da União Européia e dos Estados Unidos acentuou a deterioração dos termos do intercâmbio. Esse processo, que já havia sido explicado pela teoria da dependência e pela CEPAL (Santos, 2002) como uma das formas mais radicais de extração de excedente por parte dos países centrais, adquire novas formas. Os países centrais mantêm subsídios a suas produções primárias e reforçam as barreiras de proteção aos seus mercados, ao mesmo tempo em que exigem a desregulamentação e a privatização de setores estratégicos e dos recursos energéticos dos demais países.

Inicialmente, o desenvolvimentismo buscava promover o crescimento “nacional” pela via da substituição de importações, pelo fomento da indús-

tria “pesada” e pelo controle sobre os recursos energéticos.²⁹ Mais tarde, alguns economistas desenvolvimentistas começaram a criticar a formulação original do modelo de substituição de importações, argumentando sobre a necessidade de se financiarem importações industriais, utilizando divisas de exportações primárias, investimentos de capital estrangeiro, radicação de empresas multinacionais e endividamento externo. Essas mudanças, promovidas nas políticas nacionais de grande parte dos países latino-americanos, tanto por governos militares como democráticos, foram solapando parcela da indústria chamada “nacional”, aumentando a dependência com os países centrais, junto a uma distribuição regressiva da renda, que favorecia os setores médios e altos.

A repressão e as perseguições política e ideológica no âmbito das ditaduras dos anos 1970 e parte dos 1980 produziram uma diáspora massiva de toda uma geração de intelectuais das Ciências Sociais que vinham tentando compreender os processos de crescimento econômico acompanhados pela produção e reprodução da pobreza massiva. Por isso, a produção dessa linha de pensamento não pôde continuar com a mesma força, não só pelo exílio forçado, mas também pela forte limitação que existiu na difusão e na continuidade dessas idéias.

As idéias neoliberais adquiriram uma forte hegemonia neste último período, tanto nas etapas ditatoriais, como durante os processos de transição democrática, havendo repercussões inclusive sobre a teoria neokeynesiana da pobreza, em especial aquela produzida pelas agências de desenvolvimento como Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Essa perspectiva considera que o crescimento econômico e o livre mercado têm um papel central na criação do bem-estar e na redução da pobreza. Define-se a pobreza, sobretudo, em termos de falta de renda e de ativos básicos.

Esses estudos teóricos foram fortemente influenciados pelas idéias da escola anglo-saxã dos estudos do desenvolvimento e pela concepção de pobreza de Amartya Sen (1981, 1993). Os primeiros baseiam-se em estudos econométricos e várias versões do que se denomina *livelihood analysis*

29 Embora as formulações desenvolvimentistas sejam diversas, existe um tronco comum no questionamento da teoria clássica do comércio internacional (princípio das vantagens comparativas), para destacar o fenômeno da deterioração dos termos de intercâmbio e as transferências de valor entre países que isso implica a favor dos países industrializados e em prejuízo dos países com economias primário-exportadoras.

(du Toit, 2005). Os pobres crônicos são aqueles que experimentam a pobreza por períodos longos de tempo, cujos filhos certamente permanecerão pobres, e que se beneficiaram menos com as iniciativas do crescimento e desenvolvimentos econômicos nacional e internacional (CPRC, 2004, apud du Toit, 2005, p. 2). Esse enfoque explica a pobreza, que começa a ser chamada de *estrutural* ou *crônica*, como produto de um incompleto crescimento e modernização. Os *pobres estruturais* são aqueles que ficaram para trás ou não puderam alcançar os “benefícios” do crescimento econômico. Embora se trate de superar as visões que fazem medições estáticas da pobreza, construindo pesquisas que levam em conta processos longitudinais e seqüenciais, mostrando o crescimento ou o decréscimo do bem-estar (du Toit, 2005), mantém-se o núcleo convencional da teoria da modernização: a falta de capacidade dos pobres ou dos países pobres para alcançarem os “benefícios” da modernidade e do crescimento econômico.

No caso da América Latina, a conceitualização da *pobreza estrutural* aplicou-se àquelas populações que possuem “necessidades básicas insatisfeitas” e/ou se encontram abaixo das “linhas de renda” que satisfaçam certas necessidades básicas de alimentação (Minujin; Kessler, 1995, p. 62-65).³⁰ As *necessidades básicas* constituem-se, além disso, em uma categoria central do sistema discursivo do Desenvolvimento Humano (Alvarez Leguizamón, 2005).

Para descrever e explicar a pobreza, a teoria das *necessidades básicas*³¹ foi promovida pelo Banco Mundial, a partir da década de 1970, sob a direção de McNamara, fortemente influenciado pelas idéias neoliberais, mas também incorporando noções do estruturalismo cepalino (Bjorn Ente, 1990 apud Santos, 2003, p. 53-54). A abordagem das necessidades básicas dialoga com a *economia do bem-estar*, para a qual não existiria carência absoluta, já que as pessoas possuem pelo menos um recurso que tem um valor de troca no mercado, sua potencialidade para o trabalho. Só se justifica o pressuposto de carência absoluta quando se trata de inválidos ou pessoas sem condições de trabalhar devido à idade avançada. Por isso, a solução da pobreza seriam o crescimento econômico e a maior renda global.

30 Ver o estado-da-arte da discussão sobre as formas de medição da pobreza neste período em Lo Vuolo et al. (1999) e Boltvinik (1990).

31 Para uma arqueologia do conceito de *necessidades básicas* e seu vínculo com os discursos do desenvolvimento humano, ver Alvarez Leguizamón (2005c).

Muitos estudos da economia política sobre a pobreza na América Latina, apesar de detalharem as causas da produção da pobreza massiva como consequência do ajuste estrutural e das políticas implementadas, continuam marcados pelos enfoques da escola do desenvolvimento anglo-saxã. Com essa perspectiva, realizam pesquisas que focalizam a medição da pobreza dando ênfase a sua *volatilidade*, ao invés de precisar sua permanência estrutural. Alguns autores preocupados com os processos de empobrecimento usam o conceito de *pobreza estrutural* para se referir à perda de renda e à cobertura de proteção social devidas ao enfraquecimento dos direitos sociais, a suas consequências sobre a precariedade do emprego e o desempenho crescente, produzido pela transformação neoliberal da economia (Minujin; Kessler, 1995; Minujin et al., 1955; Murmis; Feldman, 1995). Geralmente, se referem a esses grupos pelo nome de *novos pobres*, *classes médias em transição* ou *grupos empobrecidos*. Repetem-se, assim, as denominações sociais para as vítimas dos processos de pauperização massiva, como ocorreu no começo da industrialização.³²

Outra forma de se encarar a pobreza provém da chamada abordagem “subjativa” e “participativa”, que rejeita a visão centrada na relação consumo/renda antes apontada, por considerá-la reducionista, o que impossibilitaria entender-se “a complexa e diversa realidade local na qual os pobres vivem”.³³ Este outro olhar sobre a pobreza foi influenciado pelo enfoque participativo do desenvolvimento baseado na idéia de *agência* de Amartya Sen (1993), pela conceitualização em termos de carteira de ativos (*asset vulnerably framework*)³⁴ e pelas teorizações sobre as representações e concepções dos pobres acerca de sua própria situação, a partir de uma metodologia participativa promovida pelo Banco Mundial que se denominou PPA (*participatory poverty assessments*).³⁵ A abordagem da carteira de ativos considera que a produção da pobreza deva-se a problemas locais, à falta de capacidade das pessoas e de ativos para sair da pobreza. A solução seria promover-

32 Ver Gonzalez de la Rocha et al. (2004) para um debate sobre o significado da denominada *nova pobreza* na América Latina e as diferentes explicações sobre seus vínculos e diferenças com as concepções da marginalidade dos anos 1960.

33 Ver Moser (1998) para uma análise mais detalhada desta abordagem.

34 Carolin Moser (1998) desenvolve esse conceito “para tratar de contribuir para o debate das estratégias de redução da pobreza” em um nível local e sustentável, “que reforça as iniciativas de solução das próprias pessoas, mais que substituí-los ou bloqueá-los”.

35 Ver Naryan et al. (2000a, 2000b).

se a utilização de ativos intangíveis dos lares, das pessoas e das comunidades, sob o conceito de capital social.³⁶ A abordagem PPA examina a problemática da pobreza por meio das instituições, “de uma maneira multidimensional”, sugerindo que estas desempenham um papel crítico, seja respondendo ou reprimindo as necessidades, opiniões e vozes dos pobres. O estudo incorpora as avaliações da efetividade, qualidade e acessibilidade de uma série de instituições com as quais os pobres encontram-se, tais como as agências governamentais e institucionais legais e financeiras (Narayan, 1999, p. 7-15). Nessa perspectiva, as instituições são uma das causas mais importantes da reprodução da pobreza, pelo que se deve modificá-las e criar “instituições pró-pobres” dentro das “políticas de alívio para a pobreza” do Banco Mundial.

O discurso do desenvolvimento humano que surge da influência recíproca destas últimas concepções fomenta uma importante corrente de estudos descritivos da pobreza: das pessoas e grupos pobres, do caráter multidimensional da pobreza e das percepções dos pobres sobre sua própria situação. Pode se considerar que esta *nova* explicação da produção da pobreza rejuvenesce as concepções ortodoxas da modernidade, às quais se fundem certas abordagens neoliberais, junto a um componente neoculturalista. Este último baseia-se na crença de que a pobreza é causada ou produzida não pela falta de emprego ou salários dignos, mas, sobretudo, por carência de capacidades e poder dos pobres ou por falta de acesso a titularidades, devido à debilidade das instituições.

Outros conceitos explicam a pobreza em termos de *vulnerabilidade* e *exclusão*. O primeiro enfatiza os atributos das pessoas que põem em risco sua situação, destacando, num segundo plano, os aspectos da vulnerabilidade do trabalho que incide nas condições de inserção social. O conceito de *exclusão* foi transplantado dos debates europeus sobre o enfraquecimento da proteção social e sobre a precarização do trabalho e seus impactos sobre a inserção social, temas que já estavam presentes nas explicações e conceitualizações sobre a pobreza no pensamento social latino-americano. A temática dos problemas de inserção social, focalizada nas incapacidades das pessoas para inserir-se e integrar-se à sociedade, lembra as representações sobre marginalidade da teoria da modernização latino-

36 Para uma análise da construção dessa discursividade, ver Alvarez Leguizamón (2001b).

americana de origem funcionalista.³⁷ Uma das contribuições às novas visões sobre a exclusão social, na América Latina, afirma que esse termo serve para falar das formas de exclusão não-econômicas, como a discriminação étnica ou a violação de direitos sociais, o que permite olhar os fatores de reprodução da pobreza (Gacitúa; Sojo, 2003).

No que se refere aos *vínculos entre a produção da pobreza e a globalização econômica*, temos duas questões. A primeira é discursiva. A globalização da economia transformou-se no novo mito do estancamento da pobreza, que vem a complementar outro velho mito, o “*trickle down*” do *desenvolvimento*. Desde fins da década de 1990, por meio de uma série de conferências, o Banco Mundial divulgou concepções sobre a existência de uma relação positiva entre globalização, pobreza e desenvolvimento.³⁸ Afirmava-se que, de uma maneira ou outra, a globalização e o crescimento reduziriam a pobreza, se “os países e as pessoas utilizem esses riscos positivamente”. Com base em estudos realizados pelo Banco, asseguravam que “a evidência sugere que maior abertura econômica tem um efeito positivo sobre a renda *per capita*, e que, portanto, tende a reduzir a pobreza”.³⁹ Opunham-se, assim, a uma série de estudos, inclusive realizados pelo próprio Banco Mundial, que demonstravam exatamente o contrário. Na Declaração de Siena, preparada pelo diretório do Fórum Internacional da Globalização (IFG), lê-se que,

[...] mais que desejar benefícios econômicos para todas as pessoas, a globalização econômica trouxe ao planeta uma catástrofe ambiental e social que não tem precedentes; as economias da maioria dos países estão em situação de desastre, com incremento da pobreza, da fome, falta de terra, migração e deslocamento social. O experimento [neoliberal] deve ser chamado agora de derrota.

Com a promoção da crença mítica de que a globalização incidirá na diminuição da pobreza, o discurso do desenvolvimento “humano”

37 Para uma análise dos debates sobre esses dois conceitos na América Latina, ver Alvarez Leguizamón (2001a) e Sojo (2000).

38 Banco Mundial (2000). *Globalização, Desenvolvimento e Pobreza*, artigos para a discussão e resumos semanais. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/htm/extdr/pb/globalization/>>.

39 *Does more international trade openness increase world poverty?* Disponível em: <<http://www.worldbank.org/htm/extdr/pb/globalization/paper2.htm>>. Acesso em: 11 maio 2000.

neoliberal globalizado tenta naturalizar a “inevitabilidade” de suas regras de funcionamento: liberalização do mercado e das fronteiras nacionais, privatização do Estado, desregulação e privatização das relações trabalhistas.

Autores latino-americanos provenientes de distintas tradições estão pondo em questão essas teorias. Por exemplo, dentro da tradição católica, Frei Betto desenvolve um interessante conceito para se referir às novas formas de domínio e produção da pobreza globalizada: a *globocolonização* (Betto, 2006). O autor baseia-se nos resultados de um estudo recente das Nações Unidas, denominado *The inequality predicament* (A encruzilhada da desigualdade), onde ficam evidenciadas a globalização da pobreza e as novas formas de colonização do mundo pelos países ricos.

O conceito de *colonialidade do poder*, desenvolvido recentemente por Anibal Quijano (2000), junto com outros autores latino-americanos de tradição dependentista e com influências foucaultianas, como Castro Gomez (2000), entre outros, põe em evidência as formas de controle e de exploração do trabalho, em nível mundial, com a submissão e controle de raças ou grupos nativos considerados inferiores, destacando a violência epistêmica e social imposta por uma visão particular de modernidade eurocêntrica. Quijano e Castro Gómez mostram que a modernidade viabilizada pelo crescimento econômico e pelo livre mercado – apesar de trazer bem-estar e, eventualmente, reduzir a pobreza –, recria novas formas de submissão, exploração e inferiorização sobre as populações. As transformações ocorridas no mundo do trabalho, a flexibilização salarial, o desemprego, a subemprego, a informalidade e a precarização do trabalho são vistos como produto não só de fatores contextuais – como as conseqüências das reformas estruturais propiciadas pelas reformas neoliberais –, mas também do ponto de vista do materialismo histórico, explicando-as em relação às novas formas de acumulação do capital em níveis global e local (Neffa, 2005; Escobar, 2005; Farha, 2005).

Vinculado às transformações ocorridas no mundo do trabalho, outros autores analisam, a partir de estudos de caso, o surgimento de renovadas formas de êxodo rural e semi-servilismo globalizado no campo (Montero, 2005; López Paniagua et al., 2005) ou enclaves de alta tecnologia e capital intensivo, como a produção de soja transgênica, que ocasionam êxodo rural e deterioração do meio ambiente (Foguel, 2005).

Perduram, entretanto, velhos discursos modernizantes que insistem na possibilidade de transformação de nossas sociedades pela genérica referência à retomada do desenvolvimento, agora integrado à dinâmica

global. Na maioria dos casos, as políticas que esses velhos mitos promovem aumentam a concentração da riqueza e a desigualdade, geram novas formas de exclusão e exploração do trabalho e mostram suas limitações para diminuir a pobreza (Arteaga Botello, 2005; Montero, 2005).

Em relação ao vínculo entre produção de pobreza e recursos para a reprodução da vida provenientes de relações não-mercantis, os estudos centram-se em diferentes aspectos. Alguns dão ênfase à qualidade e acesso a instituições, como a abordagem institucionalista participativa, e outros enfatizam a transformação dos fracos Estados de bem-estar e a delibitação dos direitos sociais e da condição de cidadania (Ivo, 2005; Andrenacci, 1997), ou identificam as causas da pobreza na violação de direitos humanos básicos. Estes últimos estudos têm como preocupação maior o fato de que as democracias latino-americanas produzem cada vez mais pobreza, pondo em questão a idéia de que a democracia traria um crescente bem-estar para as sociedades (Zicardi, 2003).

Outro ponto de preocupação nos estudos sobre a pobreza são as redes de reciprocidade não-mercantis mais informais e locais, considerando desde o pólo que quer transformar *ativos intangíveis* ou capitais sociais escassos em recursos para a sobrevivência – já que se pensa que são os pobres que devem sair de sua própria pobreza –, até estudos que demonstram, pelo contrário, que, nas cidades, as redes sociais, que antes serviam como colchão ou base para contra-atacar a pobreza, enfraqueceram. Esta última tematização focaliza as características cada vez mais excludentes que adquirem os processos de urbanização na América Latina, intensificados nas grandes metrópoles, onde as possibilidades da reprodução da vida estão cada vez mais degradadas. Essa deterioração produz o debilitamento das redes sociais locais que antes serviam de contenção à guetização e ao isolamento social crescente no espaço urbano e das redes sociais mais amplas, que serviam como fonte de acesso a recursos e de barreira ao incremento da violência e da insegurança sobre e entre os grupos pobres (Queiroz Ribeiro, 2005).

ALGUMAS CONCLUSÕES

Os novos debates sobre a produção e reprodução da pobreza e o crescente descrédito que mostram as políticas hegemônicas de “luta contra a pobreza” para erradicá-la acompanham o descontentamento e mal-estar das populações afetadas pelas transformações. Movimentos sociais, cujos

principais protagonistas são as vítimas dos últimos processos de ajuste estrutural, aparecem com crueza, relevando a magnitude da deterioração do bem-estar e dos direitos das pessoas. Os atores protagonistas não são os mesmos (trabalhadores e operários desocupados convertidos em *pi-queteiros* na Argentina, camponeses e desempregados urbanos e ex-operários mineiros na Bolívia, camponeses no México, os sem-terra no Brasil), mas expressam o descontentamento generalizado com as formas políticas, econômicas e culturais que a nova gestão estatal neoliberal assumiu na América Latina.

O resgate de velhas abordagens sobre a produção e reprodução da pobreza na América Latina e as novas visões aqui descritas mostram o advento de cenários para se repensar essa temática, num contexto de pauperização generalizada da sociedade. Em muitos sentidos, os teóricos latino-americanos foram pioneiros na elaboração de teoria sobre as características particulares que a produção e reprodução da pobreza assumem em países e continentes sob relações de dependência ou interdependência ou do denominado “subdesenvolvimento”. Pudemos comprovar a maneira como se produziu conhecimento, que foi invalidando muitas das teorizações sobre as explicações de produção e reprodução da pobreza biológicas, neomalthusianas, neokeynesianas, liberais e neoliberais, culturalistas e neoculturalistas, mostrando constantemente as dinâmicas macro-históricas e as relações concretas que as geram. A recente fratura do discurso hegemônico dos mitos do desenvolvimento humano neoliberal globalizado e a pauperização mostram que esse desenvolvimento que se diz humano não diminui a exclusão e a pobreza. Por isso, é imprescindível gerar novos conhecimentos que se traduzam em políticas que incidam diretamente sobre os fatores de produção e de reprodução da pobreza.

REFERÊNCIAS

- ADLER DE LOMNITZ, Larissa. *Como sobreviven los marginados*. Madrid: Siglo XXI, 1975.
- ALTAMIRANO, Teófilo. *Cultura andina y pobreza urbana: Aymaras en Lima metropolitana*. Lima: Fondo Editorial; Pontificia Universidad Católica del Perú, 1988.
- ALVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia. Pobreza autogestionada. La evolución de los paradigmas. *Revista Encrucijadas. Desarrollo Humano ¿Solidaridad desde el poder?* Buenos Aires, ano 2, n. 14, dez. 2001a.

_____. Capital social y concepciones de la pobreza en el discurso del Banco Mundial, su funcionalidad en la “nueva cuestión social”. In: ANDRENACCI, Luciano (Org.). *Cuestión social en el Gran Buenos Aires*. Buenos Aires: Ediciones Al Margen, 2001b.

_____. La transformación de las instituciones de reciprocidad y control, del don al capital social y de la “biopolítica” a la “focopolítica”. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Caracas, v. 8, n. 1, jan./abr. 2002.

_____. Los discursos minimistas sobre las necesidades básicas y los umbrales de ciudadanía como reproductores de la pobreza. In: ALVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia (Org.). *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe*: estructuras, discursos y actores. Buenos Aires: CLACSO-CROP, 2005.

AMIN, Samir. *El desarrollo desigual*: ensayo sobre las formaciones sociales del capitalismo periférico. Barcelona: Editorial Fontanella, 1973.

_____. *La acumulación a escala mundial*: crítica a la teoría del desarrollo. Buenos Aires: Siglo XXI, 1974.

ANDERSON SUMBI, Jeanine. Estrategias de sobrevivencia revistadas. In: FEIJOÓ, María del C.; HERZER, Hilda M. (Comp.). *Las mujeres y la vida en las ciudades*. Buenos Aires: Grupo Editor de América Latina, IIED-América Latina, 1991.

ANDRENACCI, Luciano. Ciudadanos de Argirópolis. *Agora*, Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, UBA, n. 7, 1997.

ARIZPE, Lourdes. Migración y marginalidad. In: DÍAZ POLANCO, Hector et al. *Indigenismo, modernización y marginalidad*: una revisión crítica. México: Juan Pablos ed., 1979.

ARTEAGA BOTELLO, Nelson. El periplo del trabajo y la pobreza en la zona metropolitana del Valle de Toluca (1950-2000): del desarrollo interno a la economía global. In: ALVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia (Comp.). *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe*: estructuras, discursos y actores. Buenos Aires: CLACSO-CROP, 2005.

BAMBIRRIA, Vania. *El capitalismo dependiente latinoamericano*. México: Siglo XXI, 1977.

BANCO MUNDIAL. *Informe sobre el desarrollo mundial. Lucha contra la pobreza*. Washington DC., 2000.

BETTELHEIM, Charles; EMANUEL, Arghiri. *El intercambio desigual*. Madrid: Siglo XXI, 1972.

BETTO, Frei. *Globalización o globocolonización?* Disponible em: <http://www.voltairenet.org/article137804.html?var_recherche=Betto?var_recherche=Betto>. Acceso em: 12 abr. 2006.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Vigencia de los aportes de Celso Furtado al estructuralismo. *Revista de la CEPAL*, n. 88, 2006.

BLOMSTRÖN, Magnus; ENTE, Bjorn. *La teoría del desarrollo en transición*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

BOLTVINIK, Julio. *Pobreza y necesidades básicas, conceptos y métodos de medición*. Proyecto regional para la superación de la pobreza. Bogotá: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, RLA/86/004, 1990.

BRYAN, Robert. *Ciudades de campesinos: la economía política de la urbanización en el Tercer Mundo*. México: Siglo XXI, 1978.

BUSTELO, Eduardo. La producción de Estado de malestar, ajuste y política social en América Latina. In: MINUJIN, Alberto et al. *Cuesta abajo. Los nuevos pobres: efectos de la crisis en la sociedad Argentina*. Buenos Aires: UNICEF; Losada, 1995.

CARDOSO, Fernando Enrique. Comentario sobre los conceptos de sobrepoblación relativa y marginalidad. *Revista Latino Americana de Ciencias Sociales*, Santiago, n. 1/2, p. 57-76, 1972.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependencia y desarrollo en América Latina. In: JAGUARIGE, Hélio et al. *La dominación de América Latina*. Buenos Aires: Amorrortu, 1968.

_____. *Dependencia y desarrollo en América Latina* México: Siglo XXI, 1969

CARTAYA, Vanessa. El confuso mundo del sector informal. *Revista Nueva Sociedad*, n. 90, jul./ago. 1987.

CASTEL, Roberto. *Las metamorfosis de la cuestión social*. Una crónica del asalariado. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1997.

_____. *Las trampas de la exclusión, trabajo y utilidad social*. Buenos Aires: Topia Editorial, 2004.

CASTRO, Josué de. *Geopolítica da fome*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1951.

_____. *Ensayos sobre el sub-desarrollo*. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1965.

CASTRO GOMEZ, Santiago. Ciencias sociales, violencia epistémica y el problema de la "invención del otro". In: LANDER, Edgardo (Comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

CEPAL. Naciones Unidas. *Panorama social de América Latina*. Documento informativo, 2004.

CLICHEVSKY, Nora. *El acceso de los sectores populares a la tierra urbana. Cuadernos del CEUR*, Buenos Aires, n. 16, 1986.

CLICHEVSKY, Nora et al. *Construcción y administración de la ciudad latino-americana*. Buenos Aires: Instituto Internacional de Medio Ambiente y Desarrollo – IIED – América Latina, Grupo Editor Latinoamericano, 1993.

Di TELLA, Torcuato; CHUMBITA, Hugo et al. *Diccionario de Ciencias Sociales y Políticas*. Buenos Aires: Ariel, 2001.

DUQUE, J.; PASTRANA, E. *Las estrategias de sobrevivencia familiar económica de las unidades familiares del sector popular urbano*. una investigación exploratoria. Santiago de Chile: Programa ELAS/CELADE, 1973.

EDEL, Matthew. Los estudios urbanos latinoamericanos: más allá de la dicotomía. In: HARDOY, Jorge E.; MORSE, Richard M. (Comp.). *Repensando la ciudad de América Latina*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1988.

EHRENREICH'S, Barbara. *Nickel and dimed*. New York: Henry Holt Publisher, 2001.

ESCOBAR, Arturo. *La invención del Tercer Mundo*. construcción y deconstrucción del desarrollo. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 1998.

ESCOBAR, Sylvia. Globalización, trabajo y pobreza: el caso de Bolivia. In: ALVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia (Org.). *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe*: estructuras, discursos y actores. Buenos Aires: CLACSO-CROP, 2005.

ESTEVA, Gustavo. Desarrollo. In: SACHS, Wolfgang. *Diccionario del desarrollo*: una guía del conocimiento como poder. Cuzco: PRATEC Proyecto Andino de Tecnologías Campesinas, 1996.

FARAH, Ivonne. Políticas públicas y lucha contra la pobreza. In: ALVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia (Org.). *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe*: estructuras, discursos y actores. Buenos Aires: CLACSO-CROP, 2005.

FLEURY, Sonia. *Estado sin ciudadanos*: seguridad social en América Latina. Buenos Aires: Lugar Editorial, 1997.

FOGUEL, Ramón. Soja transgénica y producción de la pobreza. El caso de Paraguay. In: ALVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia (Org.). *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe*: estructuras, discursos y actores. Buenos Aires: CLACSO-CROP, 2005.

FURTADO, Celso. *Teoría y política del desarrollo económico*. México: Siglo XXI Editores, 1974.

_____. *El desarrollo económico*: un mito. México: Siglo XXI Editores, 1975.

_____. *Prefacio a una nueva economía política*. México: Siglo XXI Editores, 1978.

GACITÚA, Estanislao; SOJO, Carlos (Ed.). *Exclusión social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe* San José de Costa Rica: FLACSO; Banco Mundial, 2003.

GONZALEZ, Stepan B. Ecomías fundacionales. Diseño del cuerpo ciudadano: del espacio público y privado. In: GONZALEZ, Stepan (Comp.). *Cultura y Tercer Mundo*: nuevas identidades y ciudadanía. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1996.

GONZALEZ CASANOVA, Pablo. *Sociología de la explotación*. Mexico: Siglo XXI, 1975.

GONZALEZ DE LA ROCHA, Mercedes; PERLMAN; Janice; SAFA, Helen; JELIN, Elizabeth; ROBERTS, Bryan; WARD, Peter. From the marginality of the 1960' to the

“new poverty” of today. In: LLARR RESEARCH FORUM. *Latin American Research Review*, The University Texas Press, v. 39, n. 1, Feb. 2004.

GRACIARENA, Jorge. *Poder y clases sociales en el desarrollo de América Latina*. Buenos Aires: Paidós, 1976.

GROSFUGUEL, Ramón. Developmentalism, modernity, and dependency theory in Latin America. *Nepantla: Views from South*, Duke University Press, v. 1, n. 2, 2000.

GUIMARAES DE CASTRO, M. H. Equipamentos sociais e política local no país no pós-64: dois estudos de caso. *Espaço e Debates*, São Paulo, ano VIII, n. 24, 1988.

GUNDER FRANK, Andre. *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. Buenos Aires: Ediciones Signos, 1970.

_____. *América Latina: subdesarrollo o revolución*. México: Ed. Era, 1976a.

_____. Inestabilidad e integración en la Latinoamericana urbana en América Latina. In: _____. *América Latina: subdesarrollo o revolución*. México: Ed. Era, 1976b.

_____. Estructura económica rural y poder político campesino. In: _____. *América Latina: subdesarrollo o revolución*. México: Ed. Era, 1976c.

HINKELAMMERT, Franz J. Dialéctica del desarrollo desigual. *Cuadernos de la Realidad Nacional*, Santiago de Chile, 1970.

HINTZE, Susana. Crisis y supervivencia; estrategias de reproducción. *La Ciudad Futura*, Buenos Aires, n. 8/9, dez. 1987.

_____. *Estrategias alimentarias de sobrevivencia*. Buenos Aires: CEAL, n. 270, 1989.

HOSELITZ, Bert F. *Sociological factors in economic development*. Glencoe: The Free Press, 1960.

INDES BID. *El desarrollo: sus dimensiones y sus dinámicas*. Material do curso para formação de professores tutores do INDES sobre gerência para resultados no desenvolvimento, Módulo I, 2005.

IVO, Anete. The redefinition of the social issue and the rhetoric on poverty during the 90's. In: CIMADAMORE, Alberto; DEAN, Hartley; SIQUEIRA, Jorge (Ed.). *The poverty of the State: reconsidering the role of the State in the struggle against global poverty*. London: CROP/ Comparative Research Programme on Poverty, 2005.

JARAMILLO, Samuel. Crise dos meios de consumo coletivo urbano e capitalismo periférico. *Espaço e Debates*, São Paulo, n. 18, 1986.

JELIN, Elizabeth. *Familia y unidad doméstica: mundo público y vida privada*. Buenos Aires: Estudios CEDES, 1984.

KOWARICK, Lucio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LEWIS, Oscar. *La cultura de la pobreza: cinco familias*. México: Fondo de Cultura Económica, 1961.

LO VUOLO, Rubén; BARBEITO, Alberto; PAUTASSI, Laura; RODRÍGUEZ, Corina. *La pobreza... de la política contra la pobreza*. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores y CIEPP, 1999.

LÓPEZ PANIAGUA; Rosalía; CHAUCA MALÁSQUEZ, Pablo M. El oro verde: agricultura de exportación y pobreza rural en México. El caso de los cortadores de aguacate en Michoacán. In: ALVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia (Org.). *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe: estructuras, discursos y actores*. Buenos Aires: Programa CLACSO-CROP de estudios sobre pobreza na América Latina e Caribe, 2005.

MARIÁTEGUI; José Carlos. *Ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Lima: Biblioteca Amauta, 1928.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. 3. ed. México: Era, 1977.

MATOZZO DE ROMUALDI, Liliana. Decisiones de la Corte Suprema de los Estados Unidos sobre derechos reproductivos. Cronología desde 1965 hasta 1997. *Revista Jurídica, El Derecho*, Buenos Aires, Tomo 190, p. 847-857, 1999.

MINUJIN, Alberto; KESSLER, Gabriel. *La nueva pobreza en la Argentina*. Buenos Aires: Temas de Hoy, 1995.

MINUJIN, Alberto et al. *Cuesta abajo*. Los nuevos pobres: efectos de la crisis en la sociedad argentina. Buenos Aires: UNICEF/LOSADA, 1995.

MONTERO, Lourdes. Las paradojas del modelo exportador boliviano o cómo una mayor integración puede generar más pobreza. In: ALVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia (Org.). *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe: estructuras, discursos y actores*. Buenos Aires: CLACSO-CROP, 2005.

MURMIS, Miguel; FELDMAN, Silvio. La heterogeneidad social de las pobrezas. In: MINUJIN, Alberto et al. *Cuesta abajo*. Los nuevos pobres: efectos de la crisis en la sociedad argentina. Buenos Aires: UNICEF/LOSADA, 1995.

NACIONES UNIDAS. *Informe de las Naciones Unidas sobre la distribución de la riqueza en el mundo*. 1996.

NARAYAN, Deepa. Voices of the poor. In: POVERTY GROUP. *Voices from 47 countries*. PREM, World Bank. Dec. 1999. V. I: Can anyone hear us?

NARAYAN, Deepa et al. *Voices of the poor. Can any one hear us?* Washington: Oxford University Press: 2000a.

_____. *Voices of the poor. Crying out for change*. Poverty Groupe. World Bank. Junho, 2000b.

NEFFA, Julio. Pobreza y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe. In: ALVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia (Org.). *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe*: estructuras, discursos y actores. Buenos Aires: CLACSO-CROP, 2005.

NIVÓN, Eduardo Matthew et al. La cultura de la pobreza: O. Lewis. *Revista Alteridades*, Revista de antropología y estudios culturales, México, Universidad Autónoma Metropolitana-Iztapalapa, Departamento de Antropología, n. 7, 1994.

NUN, José. Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, Buenos Aires, v. IV, n. 2, p. 178-236, 1970.

_____. Marginalidad y otras cuestiones. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, Santiago de Chile, FLACSO, n. 4, 1972.

_____. Introducción. In: _____. *Marginalidad y exclusión social*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/ o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

OYEN, Else. Poverty production: a different approach to poverty understanding. In: GENOV, Nicolai (Ed.). *Advances in sociological knowledge over half a century*. Paris: International Social Science Council, 2002.

PETRAS, Jamas; ZEITLIN, Maurice. *América Latina: reforma o revolución*. Argentina: Editorial Tiempo Contemporáneo, 1973.

PETRECEILLE, Edmond. Políticas urbanas, equipamentos e serviços coletivos: elementos para um balanço das pesquisas. *Espaço e Debates*, São Paulo, n. 18, 1986.

PORTES, Alejandro. El sector informal, definición, controversias y relaciones con el desarrollo nacional. In: HARDOY, Jorge E.; PORTES, Alejandro (Ed.). *Ciudades y sistemas urbanos*. Buenos Aires: CLACSO, 1987.

PREBISCH, Raul. *Interpretación del proceso de desarrollo latinoamericano en 1949*. Santiago de Chile: CEPAL, 1951

_____. *Capitalismo periférico crisis y transformación*. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.

PRZEWORSKI, Adam. La teoría sociológica y el estudio de la población: reflexiones sobre los trabajos de la comisión de población y desarrollo. In: MERTENS, Walter; PRZEWORSKI, Adam. *Reflexiones teórico metodológicas sobre investigaciones en población*. México: El Colegio de México, 1982.

QUEIROZ RIBEIRO, Luiz César de. Segregación residencial y segmentación social: el "efecto vecindario" en la reproducción de la pobreza en las metrópolis brasileñas. In: ALVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia (Org.). *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe*: estructuras, discursos y actores. Buenos Aires: CLACSO-CROP, 2005.

QUIJANO, Anibal. La formación de un universo marginal en las ciudades de América Latina. In: CASTELLS, Manuel (Comp.). *Imperialismo y urbanización en América Latina*. Barcelona: Ed. Gustavo Gilli, 1971.

_____. *Introducción a Mariategui*. México: Siglo XXI, 1981.

_____. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (Comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: FLACSO, 2000.

QUIJANO, Anibal; WEFFORT, Francisco. *Populismo, marginación y dependencia*. Costa Rica: Ed. Universitaria de Centro América, 1973.

QUIÑONES, Mariela; SUPERVILLE, Marcos. De la marginalidad a la exclusión social: cuando el empleo desaparece. In: ALVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia (Org.). *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe: estructuras, discursos y actores*. Buenos Aires: CLACSO-CROP, 2005.

RIBEIRO, Darcy. *El dilema de América Latina*. Estructuras de poder y fuerzas insurgentes. México: Siglo XXI, 1977.

RODRÍGUEZ, Daniel. Discusiones en torno al concepto de estrategias de supervivencia. *Economía y Demografía*, México, v. XV, n. 2, 1981.

ROSTOW, Walt Whitman. *Las etapas del crecimiento económico*. México: F. C. E., 1970.

SACHS, Wolfgang. The archaeology of the development idea. In: _____. *Planet dialéctics: explorations in environment & development*. London: Zed Book, 1999.

SALAMA, Pierre. *Riqueza y pobreza en América Latina: la fragilidad de las nuevas políticas económicas*. México: Fondo de Cultura Económica; Universidad de Guadalajara, 1999.

SANTOS, Theutonio dos. La crisis de la teoría del desarrollo y las relaciones de dependencia en América Latina. In: JAGUARIBE, Hélio et al. *La dependencia político-económica en América Latina*. México: Siglo XXI, 1970.

_____. A teoria da dependência: um balanço histórico e teórico. In: CRESALC. *Los retos de la globalización: desafíos del sistema mundial*. Ensayos en homenaje a Theotónio dos Santos. UNESCO, 2002.

_____. *La Teoría de la Dependência: balance y perspectivas*. Barcelona: Plaza y Janés Editores, 2003.

SEN, Amartya Kumar. *Poverty and famines: an essay on entitlement and deprivation*. Oxford: OIT; Clarendon Press, 1981.

_____. Capability and well being. In: NUSSBAUM, Martha; SEN, Amartya (Comp.). *The quality of life*. Oxford: Clarendon Press, 1993.

SINGER, Paul. *Economía política del trabajo*. elementos para un análisis histórico estructural del desempleo y de la fuerza de trabajo en el desarrollo capitalista. México: Siglo XXI, 1980.

SOJO, Carlos. Dinámica sociopolítica y cultural de la exclusión social. In: SOJO, Carlos; GACITÚA, Estanislao; DAVIS, Shelton. *Exclusión social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe*. San José, Costa Rica: FLACSO; Banco Mundial, 2000.

SOUZA, A. (Comp.). Qualidade de vida urbana. *Debates Urbanos*, Rio de Janeiro, n. 7, 1987.

SPICKER, Paul; ALVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia; GORDON, David. *Poverty: an international glossary*. Londres: Zed Book, 2006.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Siete tesis equivocadas sobre América Latina. In: _____. *Sociología y subdesarrollo*. México: Editorial Nuestro Tiempo, 1974a.

_____. Marginalidad y participación en la reforma agraria mexicana. In: _____. *Sociología y subdesarrollo*. México: Editorial Nuestro Tiempo, 1974b.

_____. Estructura social y subdesarrollo. In: _____. *Sociología y subdesarrollo*. México: Editorial Nuestro Tiempo, 1974c.

SUNKEL, Osvaldo; PAZ, Pedro. *El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo*. México: Siglo XXI, 1975.

TOKMAN, Victor E. El imperativo de actuar. El sector informal hoy. *Nueva Sociedad*, Venezuela, jul./ago. 1987.

_____. La informalidad en los años 90: situación actual y perspectivas. In: CARPIO, Jorge; NOVACOSVSKY, Irene. *De igual a igual: el desafío del Estado ante los nuevos problemas sociales*. Buenos Aires: SIEMPRO; FLACSO; FCE, 1999.

TORRADO, Susana. *Sobre los conceptos de estrategias familiares de vida y procesos de reproducción de la fuerza de trabajo*. Buenos Aires, 1982. Mimeografiado.

_____. El enfoque de las estrategias familiares de vida en América Latina: orientaciones teórico metodológicas. *Cuadernos del CEUR*, Buenos Aires, n. 2, 1982.

VALDEZ, Teresa. *Poblaciones y pobladores*: notas para una discusión conceptual. Santiago de Chile: FLACSO, set. 1982. (Material de discusión, Programa FLACSO-Santiago de Chile, n. 33).

VALENTÍN, Charles. *La cultura de la pobreza*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1970.

VECKEMANS, Roger; VENGAS, Ramón. *Seminario de promoción popular*. Santiago de Chile: Ed. DESAL, 1966.

VILLARREAL, Juan. *El capitalismo dependiente*: estudio sobre la estructura de clases en Argentina. México: Siglo XXI Editores, 1978.

WALTON, John. La economía internacional y la urbanización periférica. In: WALTON, John et al. *Ciudades y sistemas urbanos*. Buenos Aires: CLACSO, 1984.

ZICCARDI, Alicia (Comp.). *Pobreza, desigualdad y ciudadanía*. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

específico mundial e latino-americano, atendo os aspectos mais pormenorizados, como a reforma administrativa, a participação dos setores não públicos na área social e, sobretudo, a conformação da política social inserida na disjuntiva políticas sociais universais e focalizadas. Para este empreendimento, destacaremos na análise: i) a ideologia neoliberal e sua implementação no mundo, na América Latina e no Brasil; ii) os ajustes macroeconômicos engendrados a partir de uma determinada concepção de estabilização monetária; iii) a Reforma do Estado e suas determinações, como parte constitutiva de um projeto ambicioso de realocar o poderio estatal para a promoção do desenvolvimento; iv) e as.